



ATA N.º 1/2016

Aos dezassete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

PONTO 2 - ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – 2015. INFORMAÇÃO N. 02/DGF/2016 – para conhecimento

PONTO 3 - “PAEL – PROGRAMA DE APOIO A ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 4º TRIMESTRE DE 2015 – INF 6/DGF/16. Para conhecimento;

PONTO 4 - REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAVES, APRESENTAÇÃO DA 1ª FASE DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DATADA DE 26.01.2016. para conhecimento;

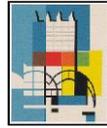
PONTO 5 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 08/GAP/16;

PONTO 6 – PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIO: ISOLINO PERDIGÃO MARÇAL. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 01/GNE/2016- Para conhecimento;

PONTO 7 - JUIZES SOCIAIS. PROPOSTA Nº 133/GAP/2015;

PONTO 8 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: HORÁCIO FERREIRA TEIXEIRA. MORADA: RUA DA IGREJA N.º 3 | AVELELAS. 5400-603 ÁGUAS FRIAS. PROCESSO N.º 786/15 | REQUERIMENTO N.º 1928/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 124/2015.PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 9 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: IVO CAETANO CHAVES CORREIA. MORADA: ESTRADA DE S. CAETANO, CAMPINA | ERVEDEDO. 5400-802 ERVEDEDO. PROCESSO N.º 790/15 | REQUERIMENTO N.º 1936/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 125/2015. PARA RATIFICAÇÃO;



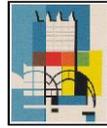
PONTO 10 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CAROLINO DA RESSURREIÇÃO EVANGELISTA. MORADA: BAIRRO DA BANDEIRA N.º 60-A | SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE. 5400-745 SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE. PROCESSO N.º 793/15 | REQUERIMENTO N.º 1941/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 126/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 11 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO DOS SANTOS. MORADA: RUA PRINCIPAL N.º 19, SOBREIRA | ÁGUAS FRIAS. 5400-605 CHAVES. PROCESSO N.º 810/15 | REQUERIMENTO N.º 1972/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 127/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 12 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FAUSTINO DAS NEVES SOQUEIRO. MORADA: RUA CENTRAL N.º 28, SOBREIRA | ÁGUAS FRIAS. 5400-605 ÁGUAS FRIAS. PROCESSO N.º 811/15 | REQUERIMENTO N.º 1973/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 128/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 13 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LICÍNIO TEIXEIRA DOS SANTOS. MORADA: RUA PRINCIPAL N.º 1, SOBREIRA | ÁGUAS FRIAS. 5400-605 ÁGUAS FRIAS. PROCESSO N.º 812/15 | REQUERIMENTO N.º 1974/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 129/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 14 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CECÍLIA MARIA DOS SANTOS CCHD. MORADA: AV. DA ESPANHA N.º 4, SOBREIRA | SÃO VICENTE DA RAIÁ. 5400-773 SÃO VICENTE DA RAIÁ. PROCESSO N.º 815/15 |



REQUERIMENTO N.º 1979/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 130/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 15 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO JOSÉ ALVES LOPES. MORADA: RUA STA. BÁRBARA N.º 3 | ALMORFE. 5400-643 MOREIRAS. PROCESSO N.º 819/15 | REQUERIMENTO N.º 1987/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 131/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 16 – PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ MARIA RUA DA EIRA. MORADA: RUA DE S. TIAGO N.º 17 | SEARA VELHA. 5400-780 CHAVES. PROCESSO N.º 822/15 | REQUERIMENTO N.º 1990/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 132/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 17 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ROGÉRIO CARVALHAIS BARROSO. MORADA: RUA DIREITA N.º 19 | S. PEDRO DE AGOSTÉM. 5400-762 CHAVES. PROCESSO N.º 828/15 | REQUERIMENTO N.º 2000/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 133/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 18 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ORLANDO TEIXEIRA FERNANDES. MORADA: RUA CENTRAL N.º 2 | VILAR DE IZEI 5400-658 CHAVES. PROCESSO N.º 798/15 | REQUERIMENTO N.º 1959/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 134/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 19 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FERNANDO MIGUEL FIDALGO MADUREIRA MOURA. MORADA: QUINTA DO PRADO N.º



16 | PRADO | UNIÃO DAS FREGUESIAS DA MADALENA E SAMAIÕES.5400-582 CHAVES. PROCESSO N.º 820/15 | REQUERIMENTO N.º 1988/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 135/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 20 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ADÉLIA ALVES TEIXEIRA PEREIRA. MORADA: ESTRADA NACIONAL DE CARRAZEDO | BAIRRO DA SOBREIRA N.º 71 | VILAR DE NANTES. 5400-580 CHAVES. PROCESSO N.º 821/15 | REQUERIMENTO N.º 1989/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 136/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 21 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: AMÂNDIO BARREIRA DOS ANJOS NEVES. MORADA: RUA DO OUTEIRO N.º 2 | AMOINHA VELHA | NOGUEIRA DA MONTANHA. - 5400-647 CHAVES. PROCESSO N.º 848/15 | REQUERIMENTO N.º 2032/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 137/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 22 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: SÉRGIO PAULO RODRIGUES GOMES. MORADA: RUA PRINCIPAL N.º 7 | TRESMUNDES | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CELA, EIRAS E S. JULIÃO DE MONTENEGRO. 5400-613 CHAVES. PROCESSO N.º 849/15 | REQUERIMENTO N.º 2033/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 138/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 23 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO MOURA RODRIGUES. MORADA: RUA DA SR.ª DA AJUDA N.º 7 | AMOINHA VELHA | NOGUEIRA DA MONTANHA. 5400-647 CHAVES. PROCESSO N.º 851/15 | REQUERIMENTO N.º 2035/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 139/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 24 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO



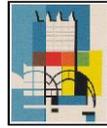
DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTERO LUÍS GINJA. MORADA: RUA DOS IMIGRANTES N.º 9 | RORIZ | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TRAVANCAS E RORIZ. 5400-730 CHAVES. PROCESSO N.º 853/15 | REQUERIMENTO N.º 2038/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 140/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 25 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA DOS SANTOS AGUIEIRAS VAZ. MORADA: AV. HUMBERTO DELGADO N.º 6 | TRAVANCAS | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TRAVANCAS E RORIZ. 5400-798 CHAVES. 5400-730 CHAVES. PROCESSO N.º 854/15 | REQUERIMENTO N.º 2039/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 141/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 26 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CARLA ALEXANDRA CRUZ JESUS. MORADA: RUA DE S. JOÃO N.º 3 | SEARA VELHA | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTELO E SEARA VELHA. 5400-780 CHAVES. PROCESSO N.º 850/15 | REQUERIMENTO N.º 2034/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 142/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 27 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANISABEL SOUSA SANTOS AIRES. MORADA: LARGO DE S. ROQUE N.º 15. 5400-505 CHAVES. PROCESSO N.º 852/15 | REQUERIMENTO N.º 2037/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 143/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 28 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: EMILIANO DELGADO TEIXEIRA. MORADA: RUA DO BAIRRO ALTO N.º 3 | MAIROS. 5400-640 CHAVES. PROCESSO N.º 862/15 | REQUERIMENTO N.º 2050/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 145/2015. PARA RATIFICAÇÃO;



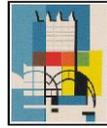
PONTO 29 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ ANTÓNIO DA CRUZ. MORADA: RUA DIREITA N.º 8 | MOSTEIRÓ DE BAIXO | S. JULIÃO DE MONTENEGRO. 5400-553 CHAVES. PROCESSO N.º 861/15 | REQUERIMENTO N.º 2049/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 146/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 30 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO LAVAREDDAS TORRÃO MORADA: RUA S. PAULO N.º 10| SEARA VELHA 5400-780 CHAVES PROCESSO N.º 864/15 | REQUERIMENTO N.º 2052/15 INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 148/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 31 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FRANCISCO RODRIGUES LAMEIRAS MORADA: RUA CENTRAL N.º 26 | CAPELUDOS | NOGUEIRA DA MONTANHA. 5400-648 CHAVES PROCESSO N.º 866/15 | REQUERIMENTO N.º 2054/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 149/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 32 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LUÍS GOMES PINHEIRO MORADA: AV. DUARTE PACHECO N.º 52 | MADALENA 5400-223 CHAVES PROCESSO N.º 867/15 | REQUERIMENTO N.º 2055/15 INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 150/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 33 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ALICE SIMÕES CHAVES ARAÚJO MORADA: RUA DO CANTO N.º 8 | CALVÃO 5400-608



**CHAVES PROCESSO N.º 868/15 | REQUERIMENTO N.º 2056/15
INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 151/2015 PARA RATIFICAÇÃO;**

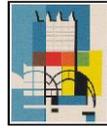
PONTO 34 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO-REQUERENTE: LUÍS MANUEL TEIXEIRA, LOCAL – MORADA:RUA SENHOR DOS AFLITOS N.º15 | RIBEIRA DE AVELELAS | U.F DAS EIRAS, S. JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA,5400-495 CHAVES – PROCESSO N.º 835/15 - REQUERIMENTO N.º 2014/15 – PROPOSTA /INFORMAÇÃO Nº 152/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 35 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – REQUERENTE: CARMELINA ROSA MOSQUEIRA BISPO NEVES – MORADA: RUA DAS TRIGUEIRAS N.º 10 | AMOINHA VELHA | NOGUEIRA DA MONTANHA, 5400-647 CHAVES - PROCESSO N.º 836/15 | REQUERIMENTO N.º 2016/15 – PROPOSTA /INFORMAÇÃO Nº 153/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 36 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – REQUERENTE: EDUARDO ESPINHO - MORADA: RUA DE TRÁS DAS CASAS N.º 10 | S. LOURENÇO | UF DAS EIRAS, S. JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA, 5400-624 CHAVES – PROCESSO N.º 837/15 | REQUERIMENTO N.º 2017/15 – PROPOSTA /INFORMAÇÃO Nº 154/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 37 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FERNANDO LOPES DIAS – MORADA: OUTEIRO DE MÓ N.º 6 | AGRELA DE ERVEDEDO,5400-627 CHAVES - PROCESSO N.º 838/15 - REQUERIMENTO N.º 2018/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 155/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 38 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES



ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO JOSÉ RODRIGUES – MORADA: ESTRADA DA FLORESTA CTT N.º 409 S. LOURENÇO 5400-624 CHAVES - PROCESSO N.º 844/15, REQUERIMENTO N.º 839/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 2020/15. - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 156/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 39 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO PEIXOTO DA CUNHA – MORADA: RUA DA FONTE N.º 5 | PASTORIA | REDONDELO, 5400-728 CHAVES - PROCESSO N.º 844/15. REQUERIMENTO N.º 2026/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 157/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 40 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA ESTER DO HORTO ALVES – MORADA: RUA DA QUINTELA N.º 46 | STA CRUZ TRINDADE, 5400-708CHAVES - PROCESSO N.º 863/15, REQUERIMENTO N.º 2051/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 147/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 41 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOÃO RAFAEL TRINTA MORAIS – MORADA: RUA CARVALHO DA PENA N.º 12 | STA. CRUZ DA CASTANHEIRA | SANFINS DA CASTANHEIRA, 5400-736 CHAVES - PROCESSO N.º 846/15, REQUERIMENTO N.º 2030/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 158/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 42 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA EMÍLIA DE CARVALHO REIS – MORADA: RUA CENTRAL N.º 12 | BUSTELO, 5400-607 CHAVES - PROCESSO N.º 847/15, REQUERIMENTO N.º 2031/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 159/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 43 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO



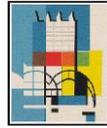
DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FERNANDO ANTÓNIO MARTINS DOS SANTOS – MORADA: RUA DE S. NICOLAU N.º 6 | SEARA VELHA, 5400-780 CHAVES PROCESSO N.º 855/15, REQUERIMENTO N.º 2042/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 160/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 44 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LEONARDO DO SOUTO TEIXEIRA – MORADA, RUA CENTRAL N.º 21 | ASSUREIRAS DE BAIXO | ÁGUAS FRIAS, 5400-602 CHAVES - PROCESSO N.º 858/15, REQUERIMENTO N.º 2046/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 161/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 45 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA MACHADO FERREIRA – MORADA: RUA DA LAMPAÇA N.º 8 | AVELELAS | ÁGUAS FRIAS, 5400-603, CHAVES PROCESSO N.º 859/15, REQUERIMENTO N.º 2047/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 162/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 46 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ARMINDO DO NASCIMENTO DOS SANTOS – MORADA, LARGO DO BRASIL N.º 1| AVELELAS | ÁGUAS FRIAS, 5400-603 CHAVES - PROCESSO N.º 796/15, REQUERIMENTO N.º 1950/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 163/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 47 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOAQUIM BORGES DA SILVA – MORADA ESTRADA PARADELA 1. ESQ. CASAS DE MONFORTE, 5400-604 CHAVES- PROCESSO N.º 843/15, REQUERIMENTO N.º 2025/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 164/2015 PARA RATIFICAÇÃO;



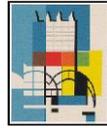
PONTO 48 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ADEMAR VIDEIRA TEIXEIRA –MORADA: RUA DO MEIO N.º 26 | OUCIDRES, 5400-658 CHAVES PROCESSO N.º 842/15, REQUERIMENTO N.º 2024/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 165/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 49 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ NEVES VIDEIRA. MORADA: RUA DA IGREJA, N.º 21, OUCIDRES | PLANALTO DE MONFORTE (U.F. OUCIDRES E BOBADELA). 5400-658 CHAVES. PROCESSO N.º 889/15 | REQUERIMENTO N.º 2093/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 6/DSC/2016;

PONTO 50 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ORLANDO NASCIMENTO ADÃO. MORADA: RUA DE SANTO ANTÓNIO N.º 3, ALMORFE | MOREIRAS. 5400-643CHAVES. PROCESSO N.º 890/15 | REQUERIMENTO N.º 2094/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 7/DSC/2016;

PONTO 51 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA ANTÓNIA BATISTA, NA QUALIDADE DE CABEÇA DE CASAL DE HERANÇA DE ANTÓNIO MANUEL BATISTA. MORADA: RUA DE SANTO ANTÓNIO N.º 3, ALMORFE | MOREIRAS. 5400-643CHAVES. PROCESSO N.º 891/15 | REQUERIMENTO N.º 2095/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 8/DSC/2016;

PONTO 52 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIO JORGE BATISTA REIS. MORADA: RUA DOS EMIGRANTES N.º 10 | VILA NOVA. 5400-659 OUCIDRES. PROCESSO N.º 892/15 | REQUERIMENTO N.º 2096/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 9/DSC/2016;



PONTO 53 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ALBERTO JOSÉ BARREIRA REIGADA. MORADA: RUA DA IGREJA N.º1 | S. VICENTE DA RAIÁ. 5400-773 CHAVES. PROCESSO N.º 893/15 | REQUERIMENTO N.º 2097/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 10/DSC/2016;

PONTO 54 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ALEXANDRE ANTÓNIO ALVES CHAVES. MORADA: RUA DUARTE D'ARMAS 11 | ALTO DA FORÇA. 5400-222 CHAVES. PROCESSO N.º 894/15 | REQUERIMENTO N.º 2098/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 11/DSC/2016;

PONTO 55 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: AGOSTINHO MANUEL FERNANDES FONTOURA. MORADA: RUA DO NOVAL N.º 8 | S. VICENTE DA RAIÁ. 5400-773 CHAVES. PROCESSO N.º 896/15 | REQUERIMENTO N.º 2101/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 12/DSC/2016;

PONTO 56 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LEONEL JACINTO DOMINGUES. MORADA: ESTRADA PRINCIPAL, N.º1 | S. VICENTE DA RAIÁ. 5400-773 CHAVES. PROCESSO N.º 897/15 | REQUERIMENTO N.º 2102/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 13/DSC/2016;

PONTO 57- PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MANUEL ALVES DE CARVALHO. MORADA: RUA DA CAPELA N.º 7, VENTUZELOS | S. PEDRO DE AGOSTÉM. 5400-763 CHAVES. PROCESSO N.º 901/15 | REQUERIMENTO N.º 2110/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 14/DSC/2016;



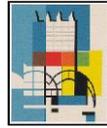
PONTO 58 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ÓSCAR LUÍS GONÇALVES SAMPAIO. MORADA: RUA DA DR. MORAIS SOARES N.º 31, | U.F. S. CRUZ TRINDADE E SANJURGE. 5400-837 CHAVES. PROCESSO N.º 902/15 | REQUERIMENTO N.º 2111/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 15/DSC/2016;

PONTO 59 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ JOAQUIM FREITAS DOS SANTOS. MORADA: RUA DA IGREJA N.º 15 | MOREIRAS. 5400-643 CHAVES. PROCESSO N.º 907/15 | REQUERIMENTO N.º 2122/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 16/DSC/2016;

PONTO 60 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CHAVES. MORADA: RUA DA IGREJA N.º 01 | S. VICENTE DA RAIÁ. 5400-773 CHAVES. PROCESSO N.º 908/15 | REQUERIMENTO N.º 2123/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 17/DSC/2016;

PONTO 61- PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ADELINO GONÇALVES. MORADA: RUA DO OUTEIRO DA MÓ N.º 2 | AGRELA. 5400-627 ERVEDEDO. PROCESSO N.º 911/15 | REQUERIMENTO N.º 2126/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 18/DSC/2016;

PONTO 62 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO AUGUSTO LOBO FRADE. MORADA: RUA DA IGREJA, N.º 3, MOREIRAS| MOREIRAS. 5400-643 CHAVES. PROCESSO N.º 879/15 | REQUERIMENTO N.º 2081/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 19/DSC/2016;



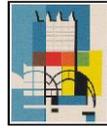
PONTO 63 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS AGUIEIRAS. MORADA: RUA 5 DE OUTUBRO, S/ N.º, TRAVANCAS | U.F. DE TRAVANCAS E RORIZ. 5400-798 CHAVES. PROCESSO N.º 881/15 | REQUERIMENTO N.º 2084/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 20/DSC/2016;

PONTO 64 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: DUARTE NUNO DOS SANTOS MARRACHO. MORADA: RUA PRINCIPAL, N.º 6, SOBREIRA | ÁGUAS FRIAS. 5400-605 CHAVES. PROCESSO N.º 882/15 | REQUERIMENTO N.º 2085/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 21/DSC/2016;

PONTO 65 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ LUÍS JESUS VALENTE. MORADA: RUA 25 DE ABRIL, N.º 40, PARADELA | PARADELA DE MONFORTE. 5400-725 CHAVES. PROCESSO N.º 884/15 | REQUERIMENTO N.º 2087/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 22/DSC/2016;

PONTO 66 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARCO SAMUEL SILVEIRA RODRIGUES. MORADA: BECO DA EIRA, N.º 1, VENTUZELOS | S. PEDRO DE AGOSTÉM. 5400-763 CHAVES. PROCESSO N.º 887/15 | REQUERIMENTO N.º 2091/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 23/DSC/2016;

PONTO 67 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ALBINO MATIAS ALVES EVANGELISTA. MORADA: RUA DA ESTRADA NOVA N.º 2 A.



PROCESSO N.º 2/16 | REQUERIMENTO N.º 3/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 24/DSC/2016;

PONTO – 68 PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANÍBAL DOS SANTOS TENREIRO. MORADA: RUA 28 DE SETEMBRO N.º 38 | ARGEMIL DA RAIA | TRAVANCAS. 5400-796 CHAVES. PROCESSO N.º 3/16 | REQUERIMENTO N.º 4/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 25/DSC/2016.

PONTO 69 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FERNANDO GUERREIRO MARTINS. MORADA: ESTRADA DE CASTELÕES LT. 18 | CALVÃO | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA. 5400-608 CHAVES. PROCESSO N.º 5/16 | REQUERIMENTO N.º 8/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 26/DSC/2016;

PONTO 70 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: DAVID DE JESUS DA COSTA. MORADA: RUA DE ESPANHA 102 | MAIROS. 5400-640 CHAVES. PROCESSO N.º 6/16 | REQUERIMENTO N.º 9/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 27/DSC/2016;

PONTO 71 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: PEDRO MIGUEL DE MELO LOPES. MORADA: ESTRADA NACIONAL CASA N.º 18 | ÁGUAS FRIAS. 5400-601 CHAVES. PROCESSO N.º 7/16 | REQUERIMENTO N.º 10/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 28/DSC/2016;

PONTO 72 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ



GOMES BRÁS TENREIRO. MORADA: RUA DO OUTEIRO DE MÓ N.º 31 | AGRELA | ERVEDEDO. 5400-627CHAVES. PROCESSO N.º 8/16 | REQUERIMENTO N.º 11/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 29/DSC/2016;

PONTO 73 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ALCINO CAMPILHO MOURÃO. MORADA: ESTRADA MUNICIPAL N.º 17 | PASTORIA | REDONDELO. 5400-728 CHAVES. PROCESSO N.º11/16 | REQUERIMENTO N.º 14/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 30/DSC/2016;

PONTO 74 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA ALICE DO SOUTO TEIXEIRA. MORADA: RUA DO SOL N.º 10 | ASSUREIRAS DE BAIXO | ÁGUAS FRIAS. 5400-602 CHAVES. PROCESSO N.º12/16 | REQUERIMENTO N.º 15/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 31/DSC/2016;

PONTO 75 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: URBINO DAS NEVES DOS ANJOS. MORADA: RUA DO CONCELHO, N.º10 | S. VICENTE. 5400-773 CHAVES. PROCESSO N.º 15/16 | REQUERIMENTO N.º 23/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 32/DSC/2016;

PONTO 76 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CELESTE CRUZ. MORADA: RUA DO OUTEIRO, N.º 36, ARGEMIL DA RAIA | UNIÃO DAS FREGUESIAS. DE TRAVANCAS E RORIZ, 5400-798 CHAVES. PROCESSO N.º 16/16 | REQUERIMENTO N.º 24/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 33/DSC/2016;

PONTO 77 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE:



LEONEL PENEDA SERRA. MORADA: RUA SÃO CAETANO, N.º 12, COUTO DE ERVEDEDO | ERVEDEDO. 5400-628 CHAVES. PROCESSO N.º 17/16 | REQUERIMENTO N.º 27/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 34/DSC/2016;

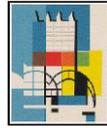
PONTO 78 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FERNANDO FERNANDES CAPELA. MORADA: RUA DIREITA N.º 85 | CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. 5400-616 CHAVES. PROCESSO N.º 18/16 | REQUERIMENTO N.º 27/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 35/DSC/2016;

PONTO 79 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FRANCISCO DA CARIDADE GINJA. MORADA: RUA DA BELA VISTA, N.º 2, ARGEMIL DA RAIA | U.F. DE TRAVANCAS E RORIZ. 5400-796 CHAVES. PROCESSO N.º 21/16 | REQUERIMENTO N.º 33/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 36/DSC/2016;

PONTO 80 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FÁTIMA ROSA PEREIRA MAGALHÃES. MORADA: ESTRADA DE AGOSTÉM N.º 2 | SÃO PEDRO DE AGOSTÉM. 5400-759 CHAVES. PROCESSO N.º 22/16 | REQUERIMENTO N.º 144/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 37/DSC/2016;

PONTO 81 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ CARLOS DIAS CAMELO. MORADA: QUINTA DA FOZ DE OURA, CX 109, ARCOSSÓ | U.F. DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS. 5425-021 CHAVES. PROCESSO N.º 23/16 | REQUERIMENTO N.º 37/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 38/DSC/2016;

PONTO 82 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO



ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JORGE MORAIS DA SILVA. MORADA: RUA DA FONTE S/ N.º, SANFINS | SANFINS DA CASTANHEIRA. 5400-734 CHAVES. PROCESSO N.º 24/16 | REQUERIMENTO N.º 39/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 39/DSC/2016;

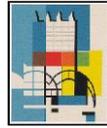
PONTO 83 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: RAMIRO GOMES BARREIRA. MORADA: RUA DO BAIRRO DO MEIO, N.º22, OUCIDRES | PLANALTO DE MONFORTE (U.F. DE OUCIDRES E BOBADELA). 5400-658 CHAVES. PROCESSO N.º 26/16 | REQUERIMENTO N.º 42/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 40/DSC/2016;

PONTO 84 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: AGOSTINHO SANTOS DO CANTO. MORADA: RUA DO ROSSIO, N.º 10, DORNA | U.F. DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES. 5400-252 CHAVES. PROCESSO N.º 30/16 | REQUERIMENTO N.º 51/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 41/DSC/2016;

PONTO 85 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FRANCISCO DE ALMEIDA SANTOS. MORADA: RUA PRINCIPAL, N.º 27, SOBREIRA | ÁGUAS FRIAS. 5400-605 CHAVES. PROCESSO N.º 33/16 | REQUERIMENTO N.º 61/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 42/DSC/2016;

PONTO 86 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: PAULA CRISTINA DE SOUSA MARTINS. MORADA: RUA SRª DA BOA MORTE – CALÇADA ROMANA, N.º 2, | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES. 5400-503 CHAVES. PROCESSO N.º 34/16 | REQUERIMENTO N.º 68/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 43/DSC/2016;

PONTO 87 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER



EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: GUILHERMINO JOSÉ SALDANHA PIRES. MORADA: RUA PRINCIPAL, N.º 1, SIGIREI | SÃO VICENTE. 5400-773 CHAVES. PROCESSO N.º 38/16 | REQUERIMENTO N.º 76/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 44/DSC/2016;

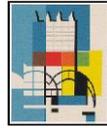
PONTO – 88 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JORGE CÂNDIDO SANTOS FERNANDES. MORADA: RUA DA MACIEIRA, N.º 1, GONDAR| NOGUEIRA DA MONTANHA. 5400-650 CHAVES. PROCESSO N.º 42/16 | REQUERIMENTO N.º 91/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 45/DSC/2016;

PONTO 89 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ELSA FERNANDES GUEDES DOS SANTOS. MORADA: RUA DO TOURAL, N.º140D, LOIVOS | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES. 5400-076 CHAVES. PROCESSO N.º 43/16 | REQUERIMENTO N.º 93/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 46/DSC/2016.

90 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: DUARTE JOSÉ BARREIRA CALDAS. MORADA: RUA 28 DE SETEMBRO, N.º 20, ARGEMIL DA RAIA | U.F. TRAVANCAS E RORIZ. 5400-796 CHAVES. PROCESSO N.º 52/16 | REQUERIMENTO N.º 108/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 47/DSC/2016;

PONTO 91 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LUÍS MANUEL IGREJAS CARVALHAL. MORADA: ESTRADA NOVA N.º 9 | SÃO VICENTE DA RAIA. 5400-773 CHAVES. PROCESSO N.º 65/16 | REQUERIMENTO N.º 133/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 48/DSC/2016;

PONTO 92 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO



DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MABILDE DE JESUS BATISTA. MORADA: RUA PRINCIPAL N.º 6 | ORJAIS | SÃO VICENTE DA RAIA. 5400-772 CHAVES. PROCESSO N.º 66/16 | REQUERIMENTO N.º 134/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 49/DSC/2016;

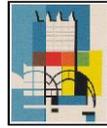
PONTO 93 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JÚLIA FERREIRA MOURA CARNEIRO. MORADA: RUA DA CONGA N.º 4 | CARVELA | NOGUEIRA DA MONTANHA. 5400-649 CHAVES. PROCESSO N.º 67/16 | REQUERIMENTO N.º 141/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 50/DSC/2016;

PONTO 94 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CÂNDIDO BARROS RODRIGUES. MORADA: RUA DA CORTINHA N.º 1 | VILA NOVA DE VEIGA | S. PEDRO DE AGOSTÉM. 5400-764 CHAVES. PROCESSO N.º 68/16 | REQUERIMENTO N.º 143/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 51/DSC/2016;

PONTO 95 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO AUGUSTO FERNANDES FERREIRA. MORADA: ESTRADA MUNICIPAL N.º 14 | VILA VERDE DE OURA | OURA. 5425-230 VIDAGO. PROCESSO N.º 77/16 | REQUERIMENTO N.º 158/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 52/DSC/2016;

PONTO 96 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: SÉRGIO DUARTE MARTA FERREIRA. MORADA: ESTRADA NACIONAL N.º 2 | VILA VERDE DE OURA | OURA. 5425-323 VIDAGO. PROCESSO N.º 82/16 | REQUERIMENTO N.º 170/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 53/DSC/2016;

PONTO 97 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO



DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ADEMAR DE MOURA SEIXAS. MORADA: RUA DA ALFÂNDEGA N.º 1 | SOUTELINHO DA RAIÁ. 5400-785 CHAVES. PROCESSO N.º 83/16 | REQUERIMENTO N.º 174/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 54/DSC/2016;

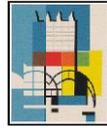
PONTO 98 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: HORÁCIO DO NASCIMENTO PIRES. MORADA: BAIRRO DO CÉU | OUTEIRO JUSÃO | UF MADALENA E SAMAIÕES. 5400-575 CHAVES. PROCESSO N.º 84/16 | REQUERIMENTO N.º 178/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 55/DSC/2016;

PONTO 99 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA MANUELA GONÇALVES ARAÚJO. MORADA: RUA DO OUTEIRO N.º 40 | AGRELA | ERVEDEDO. 5400-627 CHAVES. PROCESSO N.º 88/16 | REQUERIMENTO N.º 185/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 56/DSC/2016;

PONTO 100 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MÁRIO PORTUGAL. MORADA: RUA 25 DE ABRIL | PEREIRO DE AGRAÇÕES | UF DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES. 5425-254 VIDAGO. PROCESSO N.º 90/16 | REQUERIMENTO N.º 195/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 57/DSC/2016;

PONTO 101 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: SANDRA CATARINA VILABRIL RODRIGUES. MORADA: RUA DO OUTEIRO N.º 8 | VALDANTA. 5400-001 CHAVES. PROCESSO N.º 895/15 | REQUERIMENTO N.º 2100/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 58/DSC/2016;

PONTO 102 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO



DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ DE MOCHO SÁ. MORADA: RUA DOS OLIVAIS N.º 2 | CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. 5400-617 CHAVES. PROCESSO N.º 91/16 | REQUERIMENTO N.º 197/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 59/DSC/2016;

PONTO 103 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO ALVES. MORADA: RUA DA TRINDADE N.º 36 | ADÃES | SANTA LEOCÁDIA. 5400-740 CHAVES. PROCESSO N.º 96/16 | REQUERIMENTO N.º 206/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 60/DSC/2016;

PONTO 104 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO ROXO FONTES. MORADA: RUA DE S. NICOLAU | SEARA VELHA | UF DE SEARA VELHA E SOUTELO. 5400-780 CHAVES. PROCESSO N.º 98/16 | REQUERIMENTO N.º 212/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 61/DSC/2016;

PONTO 105 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: AMILCAR DA SILVA. MORADA: LUGAR DA SEZEDA | CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. 5400-616 CHAVES. PROCESSO N.º 89/16 | REQUERIMENTO N.º 189/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 62/DSC/2016;

PONTO 106 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOÃO PIRES JULIANO. MORADA: RUA DO CALVÁRIO Nº 6, CALVÃO. 5400-608 CHAVES. PROCESSO N.º 880/15 | REQUERIMENTO N.º 2083/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 63/DSC/2016;

PONTO 107 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO



DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FTA – FÁBRICA DE TRATAMENTO DE ALUMÍNIOS, LDA. MORADA: LUGAR DOS ARRAIAIS (ZONA INDUSTRIAL). 5400-570 CHAVES. PROCESSO N.º 801/15 | REQUERIMENTO N.º 1962/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 171/DSC/2015.

Feita a chamada verificaram-se 75 presenças das 79 que constituem a Assembleia Municipal de Chaves.

Suspenderam o mandato:

Maria Manuela Pereira Tender

João Miranda Rua

António Manuel Pires de Almeida

Maria Helena Barreira Silva Ribeiro

José António Trindade Mendes

António Jorge S. Pinto de Barros

Faltaram:

José Carlos Costa Matos Conceição

João Luís Gonçalves Rodrigues

Gisela Maria Esteves Espirito Santo

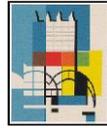
Presidente da Junta de Freguesia de Santo António de Monforte

Antes do início dos trabalhos foi dada a palavra ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro que, depois de cumprimentar os presentes disse que esta sua intervenção é motivada pelo recente falecimento do Senhor Dr. Fernando José Carvalho Montanha. “Foi um amigo que partiu de forma súbita e deixou uma enorme consternação e um grande sentimento de perda, sobretudo na sua esposa e familiares, mas também num conjunto muito grande de amigos, no qual me incluo. Proponho um voto de pesar pelo falecimento deste grande cidadão e um sinal de reconhecimento de todos para com o trabalho que desenvolveu ao longo da sua vida quer como profissional, quer nas funções de autarca, ao serviço da Junta de Freguesia de S. Pedro de Agostém e ainda como Vereador da Câmara Municipal de Chaves. Proponho ainda que seja guardado um minuto de silêncio em sua memória e seja dada nota desta posição assumida pela Assembleia Municipal, à viúva e família mais próxima”.

A Assembleia Municipal guardou um minuto de silêncio.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência entrada no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, no período decorrido desde a última sessão, nomeadamente um ofício endereçado pelo Senhor Presidente da Câmara ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e ao Presidente do Conselho de Administração das Infraestruturas de Portugal SA, sobre a remoção de iluminação nós diversos nós de acesso e saída da A24, situação que constitui um considerável aumento de perigo para os seus utilizadores.



Em seguida o Senhor Presidente deu conhecimento da entrada na Mesa de duas Moções. Uma subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, a qual foi identificada por Moção A. Outra subscrita pelo Grupo Municipal do PS, a qual foi identificada por Moção B.

A sua leitura foi feita pelo 1º Secretário da Mesa, Francisco José Gonçalves Oliveira.

“Moção A

A fusão dos sistemas de Água e Saneamento assegura maior equidade territorial e coesão social, diminuindo a disparidade tarifária resultante das especificidades dos diferentes sistemas e regiões do país;

As assimetrias tarifárias foram atenuadas, aumentando a coesão social, através de uma harmonização tarifária, entre interior e litoral, dos serviços de água e saneamento;

Considerando que o Município de Chaves foi favorável à fusão dos sistemas de Água e Saneamento, dado ser essa a forma mais eficaz de harmonização de um tarifário, até então, fortemente penalizador para os Municípios dos territórios de Baixa Densidade;

Considerando que as tarifas dos sistemas de Água e Saneamento que servem este território baixaram para níveis mais aceitáveis, mais equilibrados e mais justos para os flavienses e cidadãos do Alto Tâmega;

Considerando as declarações públicas do Senhor Ministro do Ambiente colocando em causa a medida da fusão dos sistemas de Água e Saneamento;

II – PROPOSTA

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 17 de fevereiro de 2016, delibera o seguinte:

Rejeitar liminarmente qualquer aumento das tarifas em vigor, seja qual for o modelo que venha a ser adotado;

Manifestar preocupação ao constatar a falta de solidariedade dos Municípios e Entidades das áreas do País que sempre foram beneficiadas.

Sublinhar a confiança no Estado e no seu papel de Regulador.

Solicitar aos Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, a adesão, participação e apoio à presente proposta, através de deliberação favorável dos respetivos órgãos executivos e deliberativos;

O envio desta deliberação ao Exmo. Senhor Presidente da República, à Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Exmo. Senhor Primeiro-ministro, ao Exmo. Senhor Ministro do Ambiente e às Direções Parlamentares da Assembleia da República.

Assembleia Municipal de Chaves em 17 de fevereiro de 2016. O Grupo Municipal do PSD”.

Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que a bancada do Partido Socialista subscrive os considerandos que suportam a proposta que foi apresentada nesta Moção.

Entendemos que, efetivamente, o fornecimento de água, de uma forma universal, em termos de qualidade e a preços adequados, é exigência de um estado democrático. É quase como uma exigência de cidadania. E nesse contexto entendemos que é



fundamental que, chegados ao ponto a que chegamos, as tarifas que foram implementadas não sofram qualquer incremento.

Seja qual for a resolução que venha a ser tomada relativamente à forma como são organizados, orgânica e estruturalmente, os serviços que fazem a captação, o tratamento e a disponibilização da água em baixa, é fundamental que o preço da tarifa seja mantido. A forma de organização não é para nós muito relevante. O que é relevante é a tarifa.

Entendemos que nesta matéria seria importante que o Município de Chaves, através do respetivo órgão executivo, na pessoa do seu Presidente, pudesse ter outro tipo de intervenção na empresa existente ou numa empresa que, eventualmente venha a ser constituída e que é a participação societária, o que não temos. A nossa posição é de concordância.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – cumprimentou os presentes e, antes de entrar na discussão do assunto, expressou a sua solidariedade pelo falecimento do Senhor Dr. Montanha.

Sobre o assunto em discussão disse não lhes ser indiferente o modelo organizacional da captação e da distribuição de água, porque sempre defendeu que deve ser de índole municipal ou de associações de municípios.

A CDU sempre disse que o acordo que foi feito com o anterior governo, levava a que, a nível nacional, se pagasse mais pela água. Esta foi uma solução encontrada e que subiu os preços em zonas em que, tradicionalmente eram mais baixos e baixou-os em zonas onde eram mais altos. Mas feitas as contas, no seu conjunto os portugueses iriam pagar mais pela água do que estariam a pagar antes. Nesse sentido entendo que é positivo para a região, porque o preço da tarifa desceu e seria inaceitável que essa medida fosse revogada.

A CDU vai abster-se na votação desta “Moção” porque não concordamos com alguns dos pressupostos e desde logo, não concordamos com o modelo organizacional da água, ao qual sempre nos opusemos.

Gostava de recordar que, havendo justiça numa modificação que se deu na vigência do anterior governo, em relação a uma diferença de tarifário que era abissal, mas feitas as contas finais, essa justiça global, foi um bom negócio para as empresas do grupo Águas de Portugal.

Posta à votação esta Moção foi aprovada com 70 votos a favor, zero votos contra e 2 abstenções da CDU. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

“Moção B

Repavimentação das ruas/estradas de Chaves.

Considerando que as ruas da cidade de Chaves se encontram, na sua grande maioria, em acentuado processo de desgaste e erosão, apresentando muitas delas, depressões e fendas de dimensões significativas;

Considerando que o acentuado estado de degradação das vias municipais, em especial das ruas da cidade de Chaves, é o resultado de anos e anos de desinvestimento na rodovia, por parte da gestão autárquica;

Considerando que muitas dessas ruas urbanas têm grande intensidade de tráfego diário, seja porque servem escolas, centros de saúde e grandes superfícies comerciais, seja porque funcionam como corredores de acesso e de saída da cidade;



Considerando que algumas dessas vias, designadamente a avenida Nuno Álvares Pereira, a avenida 5 de Outubro, a avenida do Tâmega, a Canelha das Longras e Rua Antunes Guerreiro, bem como a estrada das Antas, apesar de terem sido objeto de sucessivas propostas de intervenção de requalificação por parte do Partido Socialista, em sede de contributos para os documentos previsionais, continuam sem qualquer melhoria;

Considerando que existem também estradas municipais em avançado estado de degradação, designadamente a estrada municipal que faz a ligação de Chaves ao limite do concelho (Soutelinho da Raia), EM 507;

Considerando que a maioria das estradas municipais do concelho carece de sinalização horizontal, através de um conjunto de marcas rodoviárias, em pintura refletora, do tipo longitudinal, transversal ou outra, em vista a melhorar a respetiva segurança rodoviária;

Considerando que o grau de danificação da maioria das vias rodoviárias do interior de Chaves provoca nos munícipes e em todos os demais utentes das vias, incómodos, danos e prejuízos, bem como é suscetível de colocar em risco a segurança;

Considerando que esta situação é ainda lesiva da imagem da cidade e do concelho de Chaves, incompatível com a ambição de se afirmar como um dos principais destinos turísticos do norte de Portugal.

Em face destes considerandos e da situação insustentável e intolerável de manutenção do estado calamitoso da grande maioria das ruas/estradas de Chaves e dos prejuízos para a segurança das pessoas e dos seus bens, bem como para o turismo, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Chaves, propõem:

1 – Manifestar à Câmara Municipal de Chaves, em especial ao Senhor Presidente da Câmara, a insatisfação e protesto pela situação em que se encontram muitas das ruas da cidade de Chaves, bem como algumas das estradas municipais;

2 – Exigir à Câmara Municipal de Chaves a urgente repavimentação das ruas mais danificadas, designadamente a avenida Nuno Álvares Pereira, Avenida 5 de Outubro, Avenida do Tâmega, Canelha das Longras, rua Antunes Guerreiro e estrada das Antas, assim como a reparação urgente da estrada municipal que liga Chaves a Soutelinho da Raia, EM 507;

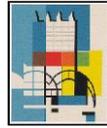
3 – Exigir à Câmara Municipal de Chaves a elaboração de plano de investimentos, de médio prazo, que vise repavimentar todas as ruas/estradas da cidade e do concelho que apresentam sinais de desgaste intenso e de degradação;

4 – Que do resultado da votação desta Moção seja dado conhecimento ao órgão executivo municipal e aos órgãos deliberativo e executivo das freguesias.

Os eleitos do PS”

Intervenções:

Presidente da Câmara – depois de cumprimentar os presentes disse que a Moção apresentada é, no seu entender, despropositada. Isto porque se está a trabalhar com um orçamento, que está em execução há apenas um mês e dezassete dias.



Todos sabemos que o investimento que a Câmara Municipal pode fazer tem de estar inscrito no seu Plano de Investimentos. A não ser que se aprove uma alteração ao mencionado Plano, deixando, eventualmente, de fazer obras ali inscritas para fazer outras.

A palavra “exigência” é demasiado exagerada para aquilo que a Assembleia pode fazer em relação ao executivo municipal. A palavra adequada seria, “recomenda”. A Assembleia recomenda ao executivo que dê prioridade à requalificação das vias municipais, quer sejam estradas, quer sejam arruamentos urbanos na cidade, em Vidago e nas restantes aldeias do concelho. A Assembleia Municipal não tem capacidade para exigir à Câmara Municipal a execução da “Moção”.

Estando debaixo de programas de assistência financeira não temos capacidade de endividamento para ir à banca pedir dinheiro para fazer investimento. Não sendo isso possível, seria uma tentativa de adulterar completamente o PPI da Autarquia. Efetivamente os arruamentos, quer os da zona urbana da cidade quer as estradas municipais não estão bem, mas a verdade é que também não estão tão mal como o Partido Socialista refere. Um pavimento de asfalto fendilhado, que não propriamente esburacado provoca trepidação nas viaturas exatamente como provoca o pavimento a cubo, porque é fendilhado. Quem se desloca pelo território nacional verifica que isso não é um problema apenas de Chaves. É uma situação que acontece um pouco por todo o lado. As grandes cidades do país estão com problemas semelhantes e a isto chama-se dificuldade financeira.

O sistema de fornecimento de água antes de ser alterado pelo anterior governo gerava um défice anual de exploração de cerca de dois milhões de euros entre o que tínhamos de pagar à Empresa Águas de Trás-os-Montes e aquilo que recebíamos dos consumidores. Esse défice tarifário acumulado ao longo dos anos, teria permitido que fossem feitos outros investimentos e outras requalificações.

Também é verdade que a Câmara Municipal, nos mandatos anteriores, poderia ter optado por não ter requalificado as Termas de Chaves e ter aproveitado o dinheiro dos fundos comunitários para investir na rede viária; mas a nossa prioridade foi investir em áreas que criem emprego, que acrescentem valor económico no nosso concelho.

Por tudo isto entendo que a Assembleia não deve aprovar esta Moção.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – Disse que é preciso enquadrar o seguinte histórico: O PSD é executivo há quinze anos. O processo de degradação não é igual em todas as ruas mas é verdade que nunca foi prioridade deste executivo a questão dos pavimentos e dos arruamentos.

Senhor Presidente da Câmara anterior quando era confrontado com esta questão respondia que no inverno não se podia intervir porque chovia e no verão porque estavam cá os emigrantes. A CDU tem vindo a dizer ao longo dos anos que as autarquias, tradicionalmente, tinham funções específicas básicas e deixaram de as executar. É o caso dos arruamentos e pavimentos, que são indispensáveis. Mas ao mesmo tempo falhámos no restante. Se não temos falhado no restante podíamos falar na tal opção, mas no essencial a opção de desenvolvimento económico não correu muito bem. Houve a crise internacional e nacional é verdade, mas não correu assim tão bem. Falhámos no básico e nos investimentos que fizemos não obtivemos o sucesso esperado. Estamos fortemente condicionados pelo endividamento e a



verdade é que também, ao longo dos anos, os sucessivos governos não cumpriram a lei do financiamento autárquico. Continuamos a achar que a questão dos arruamentos não é uma questão menor. É uma questão importante. Houve outras opções que o executivo tomou, em termos de despesas. A responsabilidade do orçamento é da Câmara e depois passa a ser da Assembleia, dos Grupos Municipais que o votaram.

O Senhor Presidente tem razão quando diz que estes investimentos não constam do orçamento e que o endividamento não os permite mas o que este inverno pôs a nu, com chuvas mais abundantes do que era habitual, é que a autarquia tem de repensar toda a sua estratégia e voltar às questões essenciais porque se essas ficarem bem-feitas beneficiamos todos. Há muitos anos que vimos falando na qualificação da estrada que liga a Montalegre. No domingo passei nela e verifiquei que está muito má.

A Autarquia não pode dissociar-se das suas funções essenciais; as acessibilidades e os arruamentos são funções essenciais e em determinados aspetos tem de ter algum plano de emergência que permita corrigir algumas questões mais gritantes.

Terminou dizendo que a CDU vai votar a favor da Moção.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor deputado Manuel Justino que é uma prioridade deste executivo fazer as requalificações de pavimentos.

Os arruamentos da cidade de Chaves não estão em bom estado de conservação. É um facto. Mas os arruamentos da generalidade das nossas aldeias estão muito bons porque ao longo dos últimos anos foram feitos investimentos de requalificação, de vulto. Também fizemos a requalificação de várias avenidas em Vidago e foi feita uma intervenção na avenida que vai de Santo Amaro para a Praça do Brasil em Chaves. Para além disso foram construídas novas vias. É o caso da Avenida D. João I em Chaves, da ligação entra a Pastoria e Casas Novas, ligação de Pereira de Selão a Redial, Ventuzelos a Vilas Boas e outras. Isto para dizer que houve prioridade. A questão que se coloca é que o orçamento municipal, aprovado por esta Assembleia, por larga maioria, não tem capacidade financeira para fazer a requalificação de todas as vias que foram referenciadas. Mesmo que todo o esforço financeiro da Autarquia fosse canalizado só para esse efeito, desaproveitando fundos destinados a outras obras, não seria possível intervir em todas as ruas que foram referidas. Como sabem o novo quadro comunitário de apoio não contempla verbas para pavimentação de arruamentos e vias municipais.

José Pimentel Sarmento do PSD – cumprimentou os presentes e disse que o Partido Socialista na proposta que apresentou faz alguma discriminação quando refere determinadas vias que estão, de facto, deterioradas e deixa outras que também estão em mau estado. É o caso da rua dos Codessais, da avenida General Ribeiro de Carvalho e da Avenida do Estádio, que também se encontram a necessitar de intervenção e isso já foi reconhecido, nesta Assembleia.

Mas não se esqueçam que este executivo é julgado desde 2013 para cá. A dívida é reconhecida e já foi aqui debatida inúmeras vezes e por essa razão a autarquia não tem condições financeiras que lhe permitam fazer uma intervenção muito abrangente, nestes primeiros anos do mandato. Já fez algumas, nomeadamente em Santo Amaro, nos acessos ao Casino, nos Aregos etc. A Câmara Municipal tem estado mais preocupada em reduzir a dívida que lhe permitirá reunir as condições



para investir no futuro. Não fica bem ao Partido Socialista, nos primeiros anos do mandato deste executivo, vir aqui com a palavra exigência. Em vez de exigir devia recomendar. Recomendar à Câmara Municipal que, com a maior brevidade e dentro das suas possibilidades financeiras, possa melhorar algumas das artérias da cidade. Estará o Partido Socialista, quando as condições o permitirem, disponível para dar o seu apoio para que a Autarquia, através de empréstimo, subscrevendo também essa responsabilidade, possa fazer as obras de investimento que referem? Chegar aqui e dizer que querem todas as vias requalificadas, quando à partida sabem que não é possível, é demagogia. Mas se o PS vier dizer que está disponível para estudar uma forma que seja viável e legal isso é outra coisa. Ninguém está interessado em ter as vias de comunicação em mau estado.

Não aceitamos a crítica pela crítica. A prioridade da Autarquia, neste momento é a redução da dívida e está a conseguir. Isso vai-nos permitir avançar com outro tipo de estratégia e outro tipo de opções.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que quando a mensagem não agrada é comum atar o mensageiro.

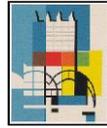
O que está mal não é a situação caótica das nossas ruas e das nossas estradas; a sua degradação e a insegurança que provocam nos automobilistas, a má imagem que dão aos turistas, o desconforto, os prejuízos, o incómodo não são relevantes. O importante aqui é que é uma Moção do Partido Socialista.

Tenho de recordar ao Senhor Presidente da Câmara que uma Moção visa sobretudo criticar, protestar, apelar e, no limite, exigir uma determinada conduta. Se o grande argumento para votarem contra, é a palavra “exigência” nós trocamos por “recomendação”. A questão essencial é que não se quer reconhecer a degradação em que se encontra a nossa estrutura viária e nós há três anos sucessivos que vimos apresentado propostas de melhoria como contributo para o Plano Anual.

Quem faz a gestão/opções é o executivo e nós entendemos que no domínio da rodovia, essas opções foram erradas. Fizeram-se investimentos na cidade de Chaves, designadamente o acesso prioritário ao Hospital, em que hoje percebemos que a sua função e a sua utilidade são muito escassas e como muitos desses investimentos não tiveram participação comunitária, poder-se-ia ter optado por outro tipo de intervenção e uma intervenção pensada de forma diferente.

Nós estaremos disponíveis para autorizar um empréstimo para fazer a requalificação da rede viária desde que a Câmara tenha capacidade de endividamento. Estando reunidas essas condições estaremos aqui para viabilizar o investimento na rede viária. Sabemos que os instrumentos previsionais – o Plano Plurianual de Investimento e o Orçamento – têm de ter dotação previsional para que esses investimentos possam acontecer e demos nota dessa necessidade no momento oportuno ao Senhor Presidente da Câmara que, no âmbito das suas competências, entendeu não os considerar. Os Orçamentos e os Planos Plurianuais são documentos de opções; essas opções não foram feitas e temos de fazer aqui a nossa censura e a nossa crítica.

A Moção não pretende apenas instar o executivo a fazer essas obras; essas são a título exemplificativo porque se quiséssemos ser exaustivos teríamos referido muitos outros arruamentos. Também visa a elaboração de um Plano de médio prazo no sentido de prever intervenção em todas as vias. O diagnóstico relativamente à rede



viária e a sua classificação foi feito pela Autarquia em 2013 pelo que se quiser fazer esse Plano tem todas as condições para o fazer.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD – cumprimentou os presentes e disse não ser verdade que não tenha sido prioridade dos executivos do Partido Social Democrata a requalificação da nossa rede viária.

Os Senhores deputados têm, como eu, um documento que foi distribuído no dia 28 de abril de 2014, que referia precisamente a requalificação do território. Logo no seu primeiro ponto referia as estradas, as vias e outras acessibilidades com uma estimativa global superior a sete milhões de euros. Desde Matosinhos ao Seixo, de Faiões a Santo Estevão, Cimo de Vila, Santa Leocádia, Adães, acesso à Barragem de Curalha e outras. A requalificação da rede viária foi e é uma das prioridades do Partido Social Democrata.

Reconhecemos que algumas vias do concelho não estarão no estado que nós desejaríamos, enquanto munícipes. Sabemos que a verba que neste momento temos disponível não chegará para fazer todo esse trabalho; ele será feito na altura em que o executivo entender que é possível, técnica e financeiramente.

O Partido Social Democrata sempre pautou a sua atuação pelos nossos projetos, pelas nossas ideias e pelos nossos ideais e na devida altura estaremos cá, como sempre estivemos para ser julgados pelo povo flaviense, como temos feito ao longo da nossa história democrática.

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata votará contra a Moção apresentada pelo Partido Socialista.

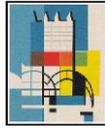
Nuno Artur E. Ferreira Rodrigues do PS – cumprimentou os presentes e disse que, provavelmente quem vem aqui falar deve andar a pé porque não tem viatura.

“Se tivesse viatura veria os problemas que temos. Ou então certamente mora em locais em que as vias de acesso para o trabalho estão em boas condições. Não estamos só a falar do alcatrão ou do paralelo. Estamos a falar dos passeios também. Nós sugerimos que em vez da palavra exigir se use recomendação. Recomendamos. Lamento que o Grupo Parlamentar do PSD não vote favoravelmente esta Moção. Estivemos na autarquia antes destes últimos catorze anos e fomos trucidados porque tínhamos uma ponte feita e não tínhamos os acessos; fomos trucidados porque tínhamos um buraco feito nas “Freiras” e não conseguimos resolver; fomos trucidados enquanto estávamos no governo porque foram implementadas portagens na nossa autoestrada. Foram feitas manifestações provocadas por pessoas que estão aqui.

Será que os novecentos mil euros/ano que pagamos de imposto municipal de circulação será para termos a dívida agora reconhecida? Será para ver um museu que está fechado, as termas romanas onde chove? Será?

Vim aqui para pedir à bancada do PSD que reconsidere a sua posição porque creio que seria de bom-tom que todos fossemos sérios e disséssemos que, efetivamente, as coisas não estão bem. Todos passam diariamente nas artérias que foram referenciadas e temos de pensar bem naquilo em que estamos a falar. E estamos a falar numa coisa que é muito importante. Pensem bem no vosso voto. Sei que o Senhor Presidente da Câmara se estivesse deste lado iria votar favoravelmente a nossa Moção”.

Manuel Guerra Afonso do MAI – saudou os presentes e disse:



“Relativamente àquilo que nos foi dito, se estivesse tudo bem não estaríamos aqui a falar de estradas ou de arruamentos. Contra factos não há argumentos. Lamentavelmente temos tudo esburacado e já de há muitos anos.

Sem querer ser bairrista, vou falar no itinerário que melhor conheço, Chaves/Soutelo, em que a via de acesso está muito deteriorada. Esta estrada tem uma largura muito diminuta, as valetas entre Valdanta e Soutelo são inexistentes e não tem a separação das faixas, marcadas. Antes da anterior Assembleia houve o que vou chamar de “amanho” na zona das Casas dos Montes e eu diria que entre os prédios do Fundo de Fomento e o cruzamento para a Granjinha ficou pior. Está cheia de buracos; são as tampas de saneamento, são as saídas das águas pluviais e são buracos relativamente profundos.

Na zona de Casas dos Montes foi construída uma nova rampa que está bem concebida mas deviam ter removido a anterior; ficaram lá os parafusos, e isso pode causar danos nas viaturas.

Fiquei com a ideia de que a Autarquia está a apostar fortemente no turismo, e muito bem, e eu reporto aqui a questão da acessibilidade da arte rupestre. As sucessivas intervenções têm sido no sentido de estragar. Aquando da construção do viaduto da estrada de Soutelo a estrada ficou melhor até ao cruzamento. A partir daí, as sucessivas intervenções das Juntas de Freguesia foram para estragar. Foi mexer no que estava compactado e num caminho compactado, pelo pouco que conheço, não se mexe. Recentemente, na parte do traçado em melhor estado, fizeram regos de charrua. Eu moro na rua da arte rupestre e verifico que há muitas pessoas a procurar visitar o local. Não é assim que devemos tratar quem nos visita, porque senão não vêm cá”.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do **PSD** – pediu a palavra para uso do direito de resposta.

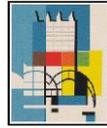
“Senhor deputado Nuno Artur Rodrigues eu tanto me desloco a pé como de carro para o meu local de trabalho. E face ao anteriormente foi exposto, reafirmo que o Grupo Municipal do PSD votará contra a Moção apresentada. Saliento que, finalmente, o Partido Socialista através da intervenção do Senhor deputado Nuno Artur Rodrigues, reconheceu que o seu executivo deixou um buraco nas Freiras, sem solução e ainda que foi o Partido Socialista que implementou as portagens na A24”.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – disse que a política se faz com opiniões diferentes, com prioridades diferentes, com avaliações diferentes e até com base em princípios orientadores diferentes.

“Não estava à espera de uma intervenção do género da que foi feita pelo Senhor deputado Nelson Montalvão porque não é a verdade e isso merece, da minha parte, uma grave censura”.

Presidente da Câmara – disse ter iniciado a sua intervenção dizendo que os arruamentos do concelho estão mal.

Nas intervenções subseqüentes dá a ideia que não reconheci isso. Reconheci que os arruamentos urbanos na cidade e em Vidago não estão bem. O que eu disse foi que os arruamentos urbanos das nossas aldeias estão bem e que as vias municipais de acesso aos vários pontos do território não estão bem. O Plano que aqui foi referido pressupunha um investimento de cerca de quinze milhões de euros e integrava a requalificação das vias de acesso às aldeias. Isto porque não é apenas a estrada que



liga Chaves a Soutelinho da Raia que está a necessitar de requalificação. É também a estrada de acesso a Cimo de Vila, a Santa Leocádia e outras que estão em mau estado. A verdade é que o orçamento que esta Assembleia Municipal aprovou não tem verba suficiente para fazer tudo. No encerramento das contas de 2014, o nosso montante de dívida em excesso, segundo documento da DGAL, era de onze milhões e quatrocentos e setenta e um mil euros mas devo dizer, com algum grau de satisfação, que quando for publicado o documento relativo ao encerramento das contas de 2015, ele dirá que o montante de dívida, em excesso, rondará os quinhentos e doze mil euros. Desceu de onze milhões quatrocentos e setenta e um mil para quinhentos e onze mil euros. Isto significa que, provavelmente em 2017, a Câmara Municipal de Chaves estará em condições de voltar à banca para se financiar.

Apelei ao voto contra esta Moção porque se fosse aprovada seria reconhecer que a Câmara Municipal tem capacidade para resolver toda a questão das estradas municipais e isso não é verdade. A Câmara Municipal, como todos reconhecem, não tem essa capacidade financeira. A verdade é que nem a Câmara Municipal de Chaves tem capacidade financeira para fazer tudo aquilo que o concelho necessita como também o governo não tem capacidade financeira para fazer tudo aquilo que os portugueses necessitam.

Ao Senhor deputado Manuel Guerra Afonso digo com orgulho, que quer eu, quer os Senhores Vereadores utilizamos as viaturas da Autarquia com muita parcimónia. São muito poucas as vezes que me vêm a circular no Concelho, com as viaturas da Câmara, mesmo que em serviço.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do **PSD** – pediu a palavra para fazer uma correção do que foi proferido pelo líder da bancada do Partido Socialista, Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro.

“A intervenção que fiz e a figura que utilizei foi o direito de resposta para responder ao orador do Partido Socialista Senhor deputado Nuno Artur Rodrigues”.

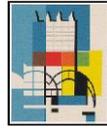
Nuno Vaz Ribeiro do **PS** - respondeu ao Senhor Nelson Montalvão que a situação estava corrigida. Depois disse:

“O Senhor Presidente da Câmara sabe que eu faço o trajeto para Montalegre e sei bem o estado em que aquela via está. Calamitoso. Também não percebo como dois municípios vizinhos não conseguem encontrar uma solução conjunta para proporcionar um acesso condigno para as populações que são servidas por esta estrada e sobretudo permitir que os muitos flavienses que trabalham em Montalegre possam fazer o trajeto numa via com condições. Na minha opinião a estrada Chaves/Montalegre é mais importante para Chaves do que é para Montalegre; ao nível de economia regional aprendi que os centros atraem as periferias.

Concordando que afinal muitas das artérias da cidade estão em tão mau estado não percebo que se vá votar contra esta Moção”.

Francisco José T. L. Silva Preto do **MAI** – cumprimentou os presentes e disse pretender fazer um esclarecimento sobre o sentido de voto da sua bancada.

Verifico que vem aqui uma “Moção”, como poderia vir qualquer moção e custa-me ver que daqui para a frente se opte pelo caminho das moções. Eu também posso fazê-lo. Parece-me que esta é uma luta política em que o PS quer tirar dividendos. O PSD



votará contra porque se apercebeu disso. O MAI vai abster-se na votação da “Moção”.

Presidente da Câmara – Já foi explicado nesta Assembleia, por várias vezes, qual é a estratégia para a requalificação da estrada Chaves/Montalegre.

Ninguém imaginava que o novo Quadro Comunitário de Apoio não teria verbas para requalificação de infraestruturas viárias. Pelo contrário. Tudo indicava que assim seria. Até porque é um pouco contra censo que a União Europeia, através dos programas de assistência aos seus estados membros, tenha aprovado a construção de um viaduto entre o Concelho de Chaves e o Concelho de Montalegre e depois não aprovar a continuidade da requalificação e beneficiação da estrada de acesso entre as duas localidades e até a alteração do seu traçado. A estratégia era fazer uma candidatura conjunta para requalificação de uma estrada intermunicipal num novo Quadro Comunitário de Apoio. Isso não foi possível pela alteração das regras.

A Câmara Municipal de Montalegre vai requalificar essa via desde Montalegre até ao limite do Concelho com Chaves, em Soutelinho da Raia. A Câmara Municipal de Chaves não fará o mesmo porque não tem verba suficiente para o efeito.

Há municípios que têm mais folga financeira e outros que têm menos, como há municípios mais complexos e outros mais simples e essa complexidade não é a mesma em todos. Cada um tem a sua realidade e a nossa realidade é que neste mandato partimos de uma dívida avultada que temos de pagar e, por força dessa dívida e dos planos de assistência em que estamos inseridos, temos limitações ao investimento.

Como Presidente da Câmara nunca escondi esta realidade. Estamos a pagar a dívida e em 2017 seremos julgados como o fomos em 2005, em 2009 e em 2013. Em 2013 a realidade já era esta e com as sucessivas alterações da legislação, nomeadamente a lei dos compromissos e fundos disponíveis que a Autarquia tem de respeitar.

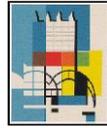
No orçamento para 2016 o valor disponível para novos investimentos ronda um milhão e quinhentos mil euros e com esse valor não é possível requalificar estradas, escolas e fazer tudo o que faz falta.

Como disse o Senhor deputado Francisco Preto podem entrar moções parciais em relação a um conjunto de infraestruturas e de equipamentos existentes no concelho, que não estão bem. A Assembleia aprova e depois dizem que a Câmara não executou. Como cidadão de bem só devo recomendar que se faça determinada obra se houver capacidade financeira para isso. De outra forma estamos apenas a fazer baixa política.

Devíamos em conjunto procurar soluções e aqui a solução seria passar a taxa do IMI para o valor máximo; em vez de estar a 0,35% passar para 0,5%. Com isso obtínhamos mais dois milhões de euros de receita e ficávamos com dinheiro para fazer requalificações. A Assembleia pede que os impostos e as taxas se reduzam ao mínimo possível, mas ao mesmo tempo pede o máximo de melhoramentos e isso não é possível.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – pediu novamente a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a não execução da estrada intermunicipal que liga Chaves a Montalegre se deve a uma mudança de enquadramento normativo ao nível dos fundos comunitários. Quando foi assinado um protocolo que visou



garantir o financiamento do viaduto, através do INTERREG, suponho que em 2008, não ficou o compromisso de fazer a candidatura para a construção da estrada intermunicipal? Não havia a possibilidade de candidatar a estrada em questão ao INTERREG, retirando outras candidaturas?

Posta à votação esta Moção foi rejeitada com 39 votos contra da bancada do PSD, 10 abstenções (6 do MAI, 1 CDS, 3 Presidente de Junta e 1 do Senhor deputado António Manuel Santana Abelha do PSD) e 13 votos a favor (11 do PS e 2 da CDU).

O Senhor Presidente da Mesa deu continuidade aos trabalhos e pediu as intervenções para completar o Período Antes da Ordem do Dia

Outras intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que é tradição desta Assembleia Municipal que as Moções não contam para o tempo do “Período Antes da Ordem do Dia”. Há muitos anos que vem sendo assim e peço à Mesa que reconsidere que faça uma análise atenta do Regimento e que tome uma decisão.

O Senhor Presidente da Mesa respondeu que pela leitura atenta do Regimento se verifica que esta questão não está bem esclarecida.

“Se o Senhor deputado Nuno Vaz chama a tradição eu também posso dizer-lhe que, considerando a leitura do Regimento, se aparecerem quatro ou cinco moções o tempo de uma sessão não é suficiente, só para essa discussão. O Regimento diz claramente que em cada sessão ordinária do órgão deliberativo, haverá um período de “Antes da Ordem do Dia”, com a duração máxima de sessenta minutos, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico”.

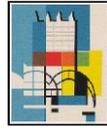
Francisco José T.L Silva Preto do MAI – disse que o assunto que o levou a inscrever-se se refere à eleição para o Presidente da República decorrida há cerca de um mês.

“Quando fui votar, verifiquei, com alguma mágoa, que estava quebrado o sigilo na votação, na mesa onde votei, na Escola Secundária Fernão Magalhães. As pessoas estavam completamente à vista face à forma de instalação da camara de voto.

Nestas eleições não estava posto em causa o resultado, mas numas eleições autárquicas os resultados já poderiam ser influenciados. Eu sei que isto não é culpa de nenhuma força política e proponho que em posteriores eleições seja feita uma reunião antes do ato eleitoral, no sentido de aconselhar os membros das mesas a colocar as camaras de voto de modo a que as pessoas que estão na fila para votar não vejam onde votam as que estão à sua frente. Hoje as novas cabines são de tal forma diminutas que acabam por ser uma mesa. Sei que há um acórdão do Tribunal Constitucional, de 2002, relativamente a uma situação parecida que aconteceu há alguns anos, que de alguma maneira vem levantar o problema, mas não responde a esta situação. Nas próximas eleições não exercerei o meu direito de voto nestas condições. Ou é previamente acordado com os responsáveis a maneira como vão ser dispostas as cabines de voto, ou então contactarei a Comissão Nacional de Eleições e só votarei depois de o problema estar resolvido.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse ficar registada uma mudança de paradigma na forma de organização e funcionamento do espaço da democracia municipal que é a Assembleia Municipal.

“Pelos vistos as Assembleias Municipais não são casas que pretendem discutir, aberta e frontalmente, e com alguma disponibilidade de tempo as questões de interesse da



respetiva comunidade local. Na lógica da interpretação que está a ser feita pela Mesa desta Assembleia, devem ser areópagos em que a discussão deve ser centrada sobretudo numa lógica de proteção ao executivo municipal. E nessa perspetiva, para nós, é inadmissível. Mudar as regras a meio do jogo, mesmo que sejam regras não escritas, é não estar de boa-fé. Sempre foi entendido que as moções não esgotavam o tempo do “Período Antes da Ordem do Dia”. Extraordinariamente constatamos que hoje as moções consomem esse tempo. Isto quer dizer que está aberta a porta para que no futuro, todo o tempo do “Período Antes da Ordem do Dia” seja afeto a moções. No futuro, qualquer bancada e, naturalmente, a que suporta o executivo municipal, vai utilizar como estratégia a apresentação de moções e com esta forma de intervir, vai esgotar todo o “Período Antes da Ordem do Dia” que é por natureza um espaço aberto em que podem ser suscitadas todas as questões. Daí o nosso protesto frontal e a nossa convicção que hoje é um dia triste para a democracia”.

O Senhor Presidente da Mesa antes de passar para o “Período da Ordem do Dia” deu ainda a palavra ao Senhor deputado José Pimentel Sarmento que se tinha inscrito e que entretanto se ausentou da sala para ir ao WC.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro retomou a palavra e disse: “O Senhor Presidente da Mesa tinha dado por encerrado o “Período Antes da Ordem do Dia”. Pergunto se com a concessão da palavra ao Senhor deputado José Pimentel Sarmento significa que reabriu o “Período Antes da Ordem do Dia” ou qual foi a decisão que tomou? Isto é para que, no futuro, em situações idênticas faça o mesmo”.

O Senhor Presidente da Mesa respondeu ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro que admitiu o argumento do Senhor deputado Pimentel Sarmento, que se tinha ausentado para ir à casa de banho. Disse ainda que a Mesa já teve para com o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro as mesmas reconsiderações.

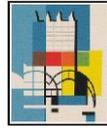
José Pimentel Sarmento do **PSD** – usou a palavra para apresentar algumas questões sobre o rio Tâmega e as suas margens.

“Desde o”25 de Abril” e a partir de 1977 que os concelhos foram geridos pelos seus representantes eleitos democraticamente pelo povo.

O rio Tâmega que banha a cidade de Chaves teve várias intervenções dos representantes da autarquia até esta data, como passo a citar.

A primeira intervenção foi feita na gestão do então Presidente, Eng.º Branco Teixeira com o reforço dos pilares da Ponte Romana e a fixação dos seus alicerces em pedra, ainda hoje bem visíveis. A segunda intervenção foi feita na gestão do Senhor Dr. Alexandre Chaves que mandou construir os dois açudes, os pesqueiros e procedeu ao arranjo urbanístico do S. Roque. A terceira intervenção foi levada a cabo pela gestão do Senhor Dr. João Batista que mandou substituir o paralelo da Ponte Romana por blocos de granito e retirou o trânsito, passando a ser uma ponte pedonal. Também durante a gestão do Senhor Dr. João Batista foi feita a obra de requalificação das margens do rio, integrada no projeto Polis muito do agrado dos flavienses. Ainda na gestão do senhor Dr. João Batista foram construídas duas pontes pedonais; uma em frente aos campos de ténis do Tabolado e a outra junto à Azenha dos Agapitos.

No mandato que está a decorrer foram cortados vários amieiros e feita a limpeza das margens em frente aos pesqueiros e no Jardim Público. Foi ainda feita limpeza de



árvores junto da Ponte Nova e no seguimento do rio até à Azenha dos Agapitos ficando aquela zona muito mais convidativa para passear.

A norte da Ponte de S. Roque existem várias ilhotas no leito do rio, com árvores de grande porte, que obstaculizam a corrente de água, sobretudo em alturas de cheias e dão mau aspeto. Faço aqui um apelo ao Senhor Presidente da Câmara para que seja limpa aquela zona do rio Tâmega, desde Santa Cruz até à Ponte de S. Roque. Sugiro ainda a construção de uma ponte pedonal nesse troço do rio Tâmega, mesmo que tenha de recorrer á banca. Tanto a ponte pedonal como a limpeza desse troço, são obras necessárias que eliminam a discriminação existente relativamente à restante parte da cidade situada a jusante do rio, para além de reduzir o risco de cheias nas zonas do S. Roque, Codessais e Madalena.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor deputado Pimentel Sarmento que, de facto, o rio Tâmega a montante da Ponte de S. Roque tem alguns problemas.

Há uma doença que está a dizimar os amieiros; um fungo muito semelhante àquele que há alguns anos dizimou os olmeiros e naquela zona encontra-se um grande número de árvores mortas.

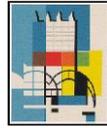
Com a construção dos açudes ornamentais, na parte urbana a velocidade da água diminuiu e há mais deposição de areia, aquilo que se designa por assoreamento. Isso contribuiu para a formação das tais ilhotas onde nasceram árvores e algumas até estão a morrer; caso dos amieiros. Há necessidade de fazer o desassoreamento do rio, limpar as margens, retirando as árvores mortas e fazer a reposição da galeria ripícola a montante da Ponte de S. Roque; vamos pedir à Agência Portuguesa do Ambiente para que se possa fazer o mesmo a jusante da zona da Azenha dos Agapitos, até Curalha. O açude de Curalha também acumula grande quantidade de areia, que necessita de ser removida, para aumentar a capacidade de escoamento do rio Tâmega. Estamos a elaborar um estudo e a formular esse pedido à referida Agência e estudar a possibilidade de apresentar uma candidatura para fazer essa obra que em nosso entender tem toda a pertinência porque ao fazer o desassoreamento dos dois troços que referi, o escoamento da água no rio Tâmega será melhor e, naturalmente, o efeito de cheias será também menor.

Para que a ciclovia e o percurso pedonal tenha uma utilização eficaz, nomeadamente nas alturas em que o rio enche e a água galga a ponte açude de Santa Cruz, há necessidade de construir uma ponte pedonal muito semelhante à existente na Azenha dos Agapitos. Esse projeto está a ser feito e estamos a elaborar uma candidatura ao Programa INTERREG, ao nível do Norte de Portugal, para que possa vir a haver uma Ciclovia desde o Peso da Régua até Lasa, em Espanha. Se a candidatura for aprovada teremos, uma grande ciclovia para cicloturismo, que será a maior da Europa.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A ata número cinco, referente à sessão ordinária realizada no dia 09 de dezembro de 2016, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

O Senhor deputado António Abelha depois de cumprimentou os presentes e disse que a ata continua com defeito no que respeita à proclamação dos resultados. Nos



pontos nºs 5, 6, 7, 8, 10 e 12 é referido apenas o número de votos a favor, de abstenção ou contra. Isso não diz nada. “Quando voto, quero que o meu nome fique associado ao sentido de voto. As pessoas devem dar a cara por aquilo que defendem e deve ficar em ata a indicação do sentido de voto dos deputados da Assembleia. Quando for feita a proclamação dos resultados deve identificar o nome da pessoa e o seu voto”.

Posta à votação foi aprovada com 56 votos a favor, zero votos contra e 5 abstenções por ausência na última sessão.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

Intervenções:

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** – pediu ao Senhor Presidente da Câmara informação mais detalhada em relação à conversa que teve com o Secretário de Estado da Saúde.

Sabemos que a situação financeira do Centro Hospitalar é extremamente difícil. A aquisição de bens e serviços para o funcionamento da unidade está atrasadíssima e vai atravessar uma situação difícil se não houver reposição do subfinanciamento dos hospitais públicos, conforme a CDU tem vindo a referir. Gostaríamos de saber se teve alguma conversa com o Senhor Secretário de Estado sobre isso e, como é evidente, sobre a situação da continuada degradação da Unidade Hospitalar de Chaves e qual foi a resposta do membro do governo relativamente a estas questões.

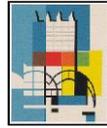
A viabilidade do SNS, no país e na região depende daquilo que o governo queira investir. Sem o financiamento e uma recuperação dos aspetos financeiros é impossível recuperar o funcionamento das unidades hospitalares.

José Pimentel Sarmento do **PSD** – disse que a saúde continua a ser um tema que nos preocupa a todos.

“Temos alguma esperança que as coisas venham a melhorar. Damos o benefício da dúvida porque o tempo é muito curto. Tivemos a visita do Senhor Secretário de Estado que é um cidadão flaviense mas parece que começou muito mal. Quando o novo Concelho de Administração do Centro Hospitalar tem duas pessoas do Hospital de S. João, tem um enfermeiro de Vila Real e o Diretor Clínico que também é de Vila Real, e ao mesmo tempo ser uma pessoa enquadrada na política de gestão do novo governo e da nova direção do Centro Hospitalar. Dá a impressão que em Chaves não há pessoas competentes para zelar pelos nossos interesses. Isso preocupa-me muito.

Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se tem algumas novidades no que se refere a novas valências, ao aumento do número de médicos, principalmente nas urgências e à qualidade dos serviços prestados na Unidade Hospitalar de Chaves. Sei que o tempo é curto mas vou continuar atento e aguardo as respostas do Senhor Presidente da Câmara.

Tudo isto me preocupa e deve preocupar também o Partido Socialista local porque até aqui sabemos o que aconteceu e há uma coisa que não vamos esquecer. A reforma da saúde foi feita pelo então Ministro do PS, Dr. Correia de Campos, que todos nós contestamos porque não melhorou em nada a prestação dos cuidados de saúde aos portugueses. Fomos atacados porque o governo do PSD não alterou



nada, mas estamos à espera para ver o que aí vem e se o que nos for dado merecer os nossos parabéns, tê-los-ão”.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

Vem sendo hábito marcar as Assembleias Municipais para a última quarta-feira de cada mês. Como no próximo dia 24 o Senhor Ministro da Saúde recebe a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, para discutir a problemática da saúde na nossa região, esta sessão da Assembleia Municipal foi marcada para o dia de hoje.

O Senhor Secretário de Estado veio em visita ao Hospital de Chaves e, tendo eu conhecimento disso, pedi-lhe se me podia receber, ao que simpaticamente anuiu. Essa reunião serviu para lhe apresentar a minha visão do estado atual do Hospital de Chaves que, certamente é coincidente com a dos Senhores deputados. O Hospital de Chaves está muito mau, a todos os níveis, seja financeiramente, seja de falta de médicos e demais recursos humanos, de especialidades de consulta externa, etc. Há situações ridículas em que médicos que estão a fazer serviço em Chaves são obrigados a ir consultar os doentes de Chaves a Vila Real, mesmo quando não são necessários meios auxiliares de diagnóstico, só porque a Administração assim obriga. Como é natural, uma pessoa de bem que acaba de chegar ao governo, não tem respostas milagrosas e o que o Senhor Secretário de Estado disse foi que tudo fará pelo Hospital da sua terra. Aguardamos o que vai acontecer na reunião do próximo dia 24 mas houve aqui o empenho pessoal do senhor Secretário de Estado para ajudar a resolver a situação, o qual, devo dizer, foi extremamente elegante comigo. Aliás a resolução da situação, quer do Centro Hospitalar, quer a Unidade Hospitalar de Chaves, passa pelo orçamento de estado em função da dotação que tiver para a saúde.

O novo Conselho de Administração tomou posse na passada segunda-feira e de imediato veio visitar a Unidade Hospitalar de Chaves e terá feito uma análise detalhada da situação que ali se vive. Registo com agrado que, de forma diferente de todos os anteriores, tenha pedido uma reunião com a Câmara Municipal de Chaves. Essa reunião era para ter ocorrido ontem mas como eu já tinha marcada uma reunião do Eixo Atlântico em Santa Maria da Feira ficou agendada para a próxima segunda-feira, dia 22. De salientar, que a iniciativa de pedir a reunião é do Conselho de Administração. Estas são as informações que neste momento posso prestar.

PONTO 2 - ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – 2015. INFORMAÇÃO N. 02/DGF/2016 – para conhecimento

Não houve Intervenções.

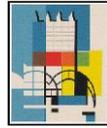
A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto

PONTO 3 - “PAEL – PROGRAMA DE APOIO A ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 4º TRIMESTRE DE 2015 – INF 6/DGF/16. Para conhecimento;

Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – referiu o quadro III da evolução provisional da receita e da despesa anual de 2015 do PAEL sobre o qual colocou algumas dúvidas.

No mapa, onde tem valores da candidatura, valores estimados do PAF e valores executados de 2015, na penúltima coluna diz: «desvio face ao previsto», «os valores executados são de vinte e nove milhões», «os valores da candidatura são dezassete



milhões» e depois diz que há um desvio de menos doze milhões? Estamos a falar de receita corrente e a coluna devia estar com sinal positivo em vez de estar com sinal negativo.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que poder haver um erro e ser mais doze milhões em vez de menos doze milhões.

Disse que era um pormenor técnico e que tinha de perguntar ao técnico responsável. No entanto alguém respondeu que quem faz gestão tem de saber tudo.

“Eu não sei tudo. Não sou o jurista mor da Câmara, não sou o economista mor da Câmara, não sei fazer cálculos de engenharia civil e outras coisas. É por essa razão que a Câmara Municipal tem no seu organograma estruturas técnicas devidamente organizadas que validam os documentos antes de me serem apresentados, os quais aceito, com confiança.

Como Presidente da Câmara faço a orientação política global do concelho e digo para onde quero ir. São os técnicos que fazem o trabalho, de forma correta, cumprindo a lei”.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse ter ficado a saber que o Senhor Presidente da Câmara assina os documentos de cruz.

“Fica aqui evidenciado que o Presidente da Câmara não é o máximo responsável pela organização “Município de Chaves”. Se é o máximo responsável não se percebe como há essa atitude de desresponsabilização. Com certeza que nós sabemos que ninguém sabe tudo e por isso é que as estruturas técnicas e políticas existem. Se os técnicos não explicam deve ser o Gabinete de Apoio à Presidência a responder.

Quando o Senhor Presidente assina/visa qualquer coisa é porque concorda com ela e para todos os efeitos a responsabilidade é sua. Eu apenas coloquei uma questão. O Senhor Presidente ficou muito incomodado por eu querer saber e o Senhor não saber dar a resposta”.

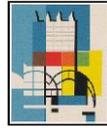
O Senhor Presidente da Câmara - disse que há um equívoco entre ter afirmado que não sabe tudo, a dizer que se desresponsabiliza.

Eu responsabilizo-me por tudo. Assino aquilo que os serviços me validam tecnicamente. Mas é evidente que, em última instância, o responsável sou eu. Apenas digo que interpreto o exercício de Presidente da Câmara Municipal e do Executivo Municipal, como sendo a pessoa que define as linhas gerais, as linhas políticas e por onde queremos ir. Não assinei estas contas, que são assinadas pelos técnicos mas não me estou a desresponsabilizar delas. As contas são assinadas pelos respetivos técnicos e eu assino a informação que as propõe ao executivo e depois à Assembleia Municipal. Se, eventualmente tiverem erros, assumo a responsabilidade por eles mas não sei dizer porque é que o erro surgiu, porque não percebo de contabilidade a esse ponto, tão pormenor.

Tenho muitas limitações e reconheço que as tenho. Nas próximas eleições o povo escolherá aquele que, eventualmente entenda que consegue perceber de tudo.

José Pimentel Sarmento do PSD – disse ser seu entendimento que a intervenção do Senhor deputado Nuno Vaz mexe um pouco com a dignidade de um partido político que hoje está na Câmara.

Pergunto ao Senhor deputado se o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, local onde o Senhor trabalha, lê todos os documentos que o Senhor lhe apresenta para assinar? Ou assina-os em confiança?



Anselmo José Martins do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse: “quando o Senhor Presidente da Mesa dá o direito à palavra e, neste caso, por ofensa à bancada, tem que haver uma ofensa à bancada. Não houve, rigorosamente, nenhuma ofensa à bancada.

Eu quero crer que esta Assembleia só trata de problemas do Concelho de Chaves. Acha adequado vir avocar aqui funções de um deputado, que as exerce no âmbito profissional, noutra município? E o Senhor dá a palavra para que isto ocorra nesta Assembleia? Então tenho de dizer que algo está a correr mal na condução dos trabalhos”.

O Senhor Presidente da Câmara disse que na próxima Assembleia Municipal esclarecerá devidamente a dúvida apresentada pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que faria algum sentido haver uma formação de direitos e deveres relativamente à participação nos órgãos o que ajudaria, certamente, a utilizar melhor as figuras regimentais e também a Mesa respeitaria melhor o Regimento.

Entendo que não foi respeitado o regimento porque não houve qualquer ofensa à bancada. Não houve nenhum sentido de ofensa em nenhuma intervenção. No entanto a Mesa fará o que entender.

O curioso é que ninguém aqui afirmou que as contas estavam erradas. Eu apenas coloquei uma questão. Perguntei, não afirmei. O Senhor Presidente é que disse que eu afirmei. Mas eu não afirmei nada, nem disse que o número estava errado. Vim aqui pedir um esclarecimento porque a minha dúvida fazia sentido.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a sua intervenção não teve nada a ver se as contas estavam erradas ou não.

A minha intervenção foi motivada pela seguinte afirmação: «quem gere tem de saber tudo». Eu respondi que não sei tudo.

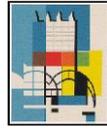
A resposta à pergunta do Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro provavelmente será esta: num quadro em que falamos em despesa faz-se a subtração do previsto com o executado. Se há mais executado do que o previsto dá valor negativo. Quando estamos a falar da receita a ordem devia ser inversa. Devia ser subtraído o previsto ao realizado e daria positivo. De qualquer forma essa questão virá devidamente esclarecida na próxima Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto

PONTO 4 - REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAVES, APRESENTAÇÃO DA 1ª FASE DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DATADA DE 26.01.2016. Para conhecimento;

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse registar com satisfação a vinda da revisão do PDM a esta Assembleia Municipal.

Era suposto, ter sido concluída em 2005, uma revisão do PDM mas a verdade que passaram doze anos e estamos a começar o processo de revisão. Tem-se entendido, embora essa não seja uma posição comumente aceite, que o PDM é um instrumento importante não só no que respeita ao uso e ocupação do solo, mas também na



afetação da forma como se organizam as várias atividades que se desenvolvem no território; atividades humanas e também da própria natureza.

São instrumentos que pretendem sobretudo facilitar o desenvolvimento equilibrado num determinado concelho e agora também relativamente aos concelhos vizinhos, para uma uniformização no tratamento do território.

De referir que foi desperdiçado algum dinheiro neste processo, nomeadamente com a contratação de serviços externos e também com recursos internos do município, que depois teve pouca utilidade. A Câmara de Chaves andou de forma muito lenta neste processo, para além de ter contratado equipas que se revelaram incapazes de concretizar a proposta de revisão. Finalmente aparece uma proposta iniciada por uma outra equipa de técnicos.

A primeira fase tem a ver com o diagnóstico da situação e como ainda não tive oportunidade de ler todos os documentos, não me vou pronunciar sobre eles. No entanto registamos com agrado o início do processo sem deixar de censurar o tempo perdido e o desperdício dos recursos financeiros, humanos e técnicos despendidos, que poderiam ter sido utilizados noutras coisas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta Assembleia vai passar o atual mandato a julgar este mandato e todo os anteriores.

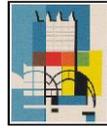
No início do meu mandato, em outubro de 2013, prometi trazer aqui a primeira fase da revisão do PDM e vou tentar que na última Assembleia de 2016 ou na primeira de 2017 se possa aprovar sua a sua versão final. Devo ser julgado por este mandato e não pelos mandatos anteriores.

Está a ser discutido a nível nacional o Plano Nacional de Barragens lançado por um governo do Partido Socialista, aprovado em Conselho de Ministros, por Ministros que faziam parte do governo de então, que hoje voltam a ser governo, e que até põem em causa esse Plano. E tem o direito de o fazer porque este governo tem o seu próprio programa e é sobre ele que deve ser julgado. O executivo municipal deve ser julgado, rigorosamente, da mesma forma. Pelo mandato que está decorrer e por aquilo que faz ou não faz, neste mandato.

A informação prestada pelos serviços técnicos é no sentido de dar conhecimento ao executivo e divulgar em meios de comunicação. Foi por proposta minha que foi agendada para conhecimento da Assembleia Municipal para que os Senhores deputados possam fazer o seu acompanhamento através dos documentos que estão publicados no site da Autarquia.

É verdade que a lei recomenda que o PDM deve ser revisto ao fim de dez anos. E sempre que em Chaves houve necessidade de rever este instrumento de gestão isso foi feito. Foi revisto para que o Casino pudesse ser implantado no local onde está. Nessa altura tivemos de fazer uma suspensão parcial e uma alteração parcial do PDM. Fez-se uma suspensão parcial e uma revisão parcial para que a escola de Enfermagem pudesse ser construída. Fez-se uma suspensão parcial e uma revisão parcial para que o Parque Empresarial de Outeiro Seco pudesse ser construído. Isto significa que sempre que o processo de desenvolvimento do Concelho o exigiu, a Câmara agiu fazendo revisões parciais ao Plano Diretor Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.



PONTO 5 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 08/GAP/16;

Não houve intervenções

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade dos 66 membros da Assembleia presentes na sala. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6 – PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM - CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIO: ISOLINO PERDIGÃO MARÇAL. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 01/GNE/2016- Para conhecimento;

Intervenções:

Brigite Raquel Bazenga V. T. Gonçalves do PS - cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Sobre a proposta em análise o Partido Socialista começa por se congratular com este benefício tributário municipal concedido ao empresário identificado e votará favoravelmente.

Na verdade consideramos que, nem o país e muito menos o concelho estão em condições de prescindir de investimento, seja ele de que tipologia for, sobretudo aquele que se revista de caráter sustentável, inovador e gerador de postos de trabalho e sobretudo de criação de novas oportunidades de emprego e de negócio.

Queremos aproveitar este ensejo e a discussão desta proposta para solicitar ao Senhor Presidente que, volvidos quase três anos sobre a implementação do Regulamento dos PIM, nos faça sobre ele um balanço. Aliás, a isso se comprometeu o Senhor Presidente e todos os que já em 2013 integravam este órgão, quando da aprovação do referido Regulamento e tal como consta da respetiva ata desta Assembleia – ata 4/2013, de 12 de junho.

Assim perguntamos ao Senhor Presidente: Após a aprovação de Regulamento e ainda no mandato do executivo que em 2013 o Senhor Presidente integrava, quantos PIM foram reconhecidos? E no atual mandato, nestes 2 anos, quantos PIM temos no concelho? E de que valor monetário estamos a falar em termos de investimento? Quanto foi investido até à data no concelho ao abrigo deste projeto de apoio ao empreendedorismo? Está a ser feito algum levantamento/monitorização de quantos postos de trabalho cada um dos PIM constituiu? Eles empregam maioritariamente pessoas já residentes em Chaves ou estão também a potenciar a atração de população para o nosso território? Quantos postos de trabalho geraram no concelho? Poderá o Senhor Presidente revelar aqui e agora quais os projetos, em obra ou já em funcionamento, existentes que tenham beneficiado da classificação PIM? Gostaríamos de saber se algum dos PIM existente foi projeto que tenha beneficiado da ação do GIP já que era um dos pressupostos para a sua criação.

Deixamos, para já e, como referimos, em jeito de balanço para que todos possamos refletir, este conjunto de questões.

Recordo que o PIM “mais badalado” pelo Senhor Presidente na comunicação social e redes sociais, em finais de 2014, anunciava “a criação no concelho de Chaves de 36 unidades de produção de cogumelos” e, estou a citar as informações divulgadas à época, significava “um projeto de sete milhões de euros que vai criar 118 postos de trabalho, entrarão em funcionamento no primeiro semestre de 2015”.



Termino perguntando ao Senhor Presidente se os objetivos de, pelo menos este PIM se cumpriram. Se os sete milhões estão integralmente investidos e se os 118 postos de trabalho foram criados.”

O Senhor Presidente da Câmara - disse não ter condições, de momento, para responder a todas as perguntas formuladas pela Senhora deputada Brigitte.

Não tenho o arrolamento de quantos projetos entraram na autarquia, qual foi o volume do investimento, qual foi o volume das isenções e qual o número de postos de trabalho criados. A intervenção da Senhora deputada começa por pedir um balanço e o que é espectável é que esse balanço seja apresentado na próxima sessão da Assembleia Municipal. Não tenho esses números e também nunca conseguirei dizer, em relação a cada empresa, quantos trabalhadores recrutou em Chaves ou se vieram de fora porque não tenho acesso a essa informação; são dados das empresas e fazem parte da sua esfera privada.

É bom que a Autarquia de Chaves tenha aprovado este Regulamento porque permite atrair investimento para o nosso concelho. Normalmente os empresários preferem investir no litoral.

Este Regulamento foi feito por minha iniciativa, na altura como Vice-Presidente da Câmara e o Município de Chaves foi pioneiro, no país, a aprovar um instrumento desta natureza. Depois disso foi copiado por outros municípios.

O Governo anterior considerou algumas normas do Regulamento ilegais e não reconheceu algumas isenções ali previstas. Por pedido nosso a lei do Orçamento de estado para 2016 contempla normas que irão regularizar essa situação e isso vai permitir facilitar a vinda de mais e melhor investimento.

Brigite Raquel Bazenga V. T. Gonçalves do PS – disse que em 12 de junho de 2013 o Senhor Presidente da Câmara fazia parte do executivo e que ficou surpreendida pelo facto de ter evidenciado que não se recorda dessa discussão.

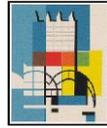
A monitorização dos postos de trabalho a criar e a procedência dos trabalhadores faz parte do Regulamento aprovado e esta monitorização e este levantamento que até está incluído nos considerandos desta proposta, que vem para conhecimento, não compete a nenhuma outra entidade que não à Câmara porque é a Câmara e é o executivo que reconhece os dito PIM. E reconhece-os com base num regulamento e em determinados critérios e desses critérios constam os postos de trabalho a criar e a proveniência dos mesmos.

Surpreende-me que tenha sido incluído na ordem de trabalho, para conhecimento, um assunto relacionado com os PIM e que não possa responder às questões que lhe coloquei porque não está documentado para esse efeito.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que uma coisa é falar do dois ou três processos e outra é fazer um balanço como a Senhora deputado pediu.

Estão previstos trinta e seis unidades de produção de cogumelos das quais estão concluídas quatro e estão em construção seis, o que é muito bom, tendo em conta a grande crise que o país atravessa. Para além dos cogumelos há mais projetos PIM e na próxima Assembleia Municipal farei o respetivo balanço.

Se no Regulamento estiver escrito que se faz um balanço da proveniência dos trabalhadores, farei uma proposta a esta Assembleia para alterar essa parte, porque aí não temos de intervir; não temos de condicionar as empresas a dizer que só é PIM se der emprego a pessoas de Chaves ou só é PIM se trouxer pessoas de fora. O PIM



é em função do investimento e em função do número de postos de trabalho. Se com esses postos de trabalho estão a dar emprego a pessoas de Chaves muito bem, mas se a empresa precisa de trazer de fora pessoas mais qualificadas/especializadas, em determinada área, naturalmente que terá de o fazer porque o que nós queremos é que as empresas se instalem, que tenham sucesso e que o emprego criado se perpetue. Queremos investimento em Chaves, que crie emprego para podermos adquirir alguma dinâmica populacional.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – disse que quem levantou, em primeiro lugar, a questão do investimento nas unidades dos cogumelos foi a CDU.

O que o Senhor Presidente da Câmara disse não é uma desculpa racional. Quando apareceu o projeto dos cogumelos já a crise estava profundamente instalada. Invocar uma crise que começou em 2008/2009 para desculpar a não implementação de um projeto, no qual houve quase um empenho pessoal, do Senhor Presidente da Câmara atual, que na altura não o era, penso que deveria haver um pouco mais de humildade e não invocar o pouco que se fez, como muito bom.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD – disse que o Regulamento relativo aos Projetos de Interesse Municipal – PIM - foi aprovado na Câmara a 20 de maio de 2013 e na Assembleia Municipal em junho desse mesmo ano. Nessa altura foi considerado um Regulamento inovador e o Município de Chaves foi pioneiro nesta matéria.

O que está aqui em causa é que existe investimento e existem as isenções que têm sido concedidas pela Autarquia, ao nível das taxas urbanísticas e outras, no âmbito desse Regulamento; a verdade é que o Município conseguiu atrair investimento para Chaves e isso é inegável.

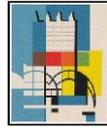
As questões que foram colocadas e que são pertinentes, o Senhor Presidente já referiu que terão resposta na próxima sessão deste Órgão, nomeadamente o número de projetos, o investimento realizado, os postos de trabalho criados e o montante do total das isenções. Mas dá a impressão que há membros desta Assembleia Municipal que preferiam que Chaves não tivesse este Regulamento e que não tivesse hoje estes projetos PIM. A bancada do PSD enaltece a iniciativa do executivo municipal e o empenho que o Senhor Presidente da Câmara está a colocar na tentativa de atração de investimento para o nosso concelho e é com agrado que hoje vemos aqui mais um projeto, desejando que venham cada vez mais e mais, que criem emprego porque é isso que nos faz falta.

Brigite Raquel Bazenga V. T. Gonçalves do PS – respondeu ao Senhor deputado Nelson Montalvão dizendo que lhe parece ter havido um défice de interpretação, das questões que colocou, porque foram apenas questões. Não houve nenhuma crítica.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD – pediu a palavra para direito de resposta para esclarecer que quem tiver dúvidas sobre as palavras que proferiu, deve ouvir a gravação.

Em momento algum confundi questões pertinentes que serão respondidas na próxima sessão da Assembleia Municipal com a minha interpretação. A questão que eu coloquei e repito é: é preferível ter um Regulamento que contempla projetos PIM ou não o ter?

Sobre défices de interpretação são questões que me abstenho de responder.



Manuel Justino Matos Cunha da CDU – disse que no passado o executivo municipal apresentou uma proposta para receber projetos relacionados com a produção de cogumelos em Chaves e que, depois de ter sido contestada, apresentou uma outra completamente diferente, o que, em sua opinião, é estranho.

Na altura registei isso e disse que não entendia que tivesse havido uma mudança tão grande nas condições, motivada pela fiscalização da Assembleia Municipal.

Quando há um PIM, pressupõe que quem investe cumpra o que prometeu. Um dos pressupostos de haver terrenos quase gratuitamente tem a ver com a dimensão daquilo que se propõe investir. E não é irrelevante se passado o prazo que foi estipulado os projetos não estão concluídos. Mas o problema não é só a nível do Concelho. Este país teve PIM que em muitos aspetos serviram para favorecer empresários com financiamentos para obter todos os benefícios e que acabaram por ser feitos de forma diferente.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 7 - JUIZES SOCIAIS. PROPOSTA Nº 133/GAP/2015;

Não houve Intervenções:

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade dos 69 membros da Assembleia presentes na sala. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

Em seguida o **Senhor Presidente da Mesa** propôs que os pontos 8, até ao 107, inclusivé, fossem discutidos em bloco dado que o seu conteúdo é da mesma natureza, fazendo a votação global. A Assembleia aceitou a sua discussão em bloco e a votação na globalidade.

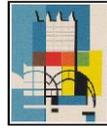
PONTO 8 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: HORÁCIO FERREIRA TEIXEIRA. MORADA: RUA DA IGREJA N.º 3 | AVELELAS. 5400-603 ÁGUAS FRIAS. PROCESSO N.º 786/15 | REQUERIMENTO N.º 1928/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 124/2015.PARA RATIFICAÇÃO;

Intervenções:

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – Disse que a agenda de trabalhos é muito extensa e que só é possível discutir todos os pontos em conjunto. Mas que isto reflete uma legislação que obriga a que estas questões tenham de passar pela Câmara e pela Assembleia Municipal.

“É de lamentar que a democracia produza estas normas que esvaziam aquilo que pretendem criar e que é o controlo democrático das coisas”.

PONTO 9 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO



ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: IVO CAETANO CHAVES CORREIA. MORADA: ESTRADA DE S. CAETANO, CAMPINA | ERVEDEDO. 5400-802 ERVEDEDO. PROCESSO N.º 790/15 | REQUERIMENTO N.º 1936/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 125/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

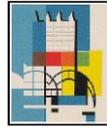
PONTO 10 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CAROLINO DA RESSURREIÇÃO EVANGELISTA. MORADA: BAIRRO DA BANDEIRA N.º 60-A | SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE. 5400-745 SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE. PROCESSO N.º 793/15 | REQUERIMENTO N.º 1941/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 126/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 11 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO DOS SANTOS. MORADA: RUA PRINCIPAL N.º 19, SOBREIRA | ÁGUAS FRIAS. 5400-605 CHAVES. PROCESSO N.º 810/15 | REQUERIMENTO N.º 1972/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 127/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 12 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FAUSTINO DAS NEVES SOQUEIRO. MORADA: RUA CENTRAL N.º 28, SOBREIRA | ÁGUAS FRIAS. 5400-605 ÁGUAS FRIAS. PROCESSO N.º 811/15 | REQUERIMENTO N.º 1973/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 128/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 13 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LICÍNIO TEIXEIRA DOS SANTOS. MORADA: RUA PRINCIPAL N.º 1, SOBREIRA | ÁGUAS FRIAS. 5400-605 ÁGUAS FRIAS. PROCESSO N.º 812/15 | REQUERIMENTO N.º 1974/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 129/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 14 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES



ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CECÍLIA MARIA DOS SANTOS CCHD. MORADA: AV. DA ESPANHA N.º 4, SOBREIRA | SÃO VICENTE DA RAIÁ. 5400-773 SÃO VICENTE DA RAIÁ. PROCESSO N.º 815/15 | REQUERIMENTO N.º 1979/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 130/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 15 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO JOSÉ ALVES LOPES. MORADA: RUA STA. BÁRBARA N.º 3 | ALMORFE. 5400-643 MOREIRAS. PROCESSO N.º 819/15 | REQUERIMENTO N.º 1987/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 131/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 16 – PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ MARIA RUA DA EIRA. MORADA: RUA DE S. TIAGO N.º 17 | SEARA VELHA. 5400-780 CHAVES. PROCESSO N.º 822/15 | REQUERIMENTO N.º 1990/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 132/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 17 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ROGÉRIO CARVALHAIS BARROSO. MORADA: RUA DIREITA N.º 19 | S. PEDRO DE AGOSTÉM. 5400-762 CHAVES. PROCESSO N.º 828/15 | REQUERIMENTO N.º 2000/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 133/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 18 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ORLANDO TEIXEIRA FERNANDES. MORADA: RUA CENTRAL N.º 2 | VILAR DE IZEI 5400-658 CHAVES. PROCESSO N.º 798/15 | REQUERIMENTO N.º 1959/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 134/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 19 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER



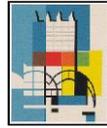
EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FERNANDO MIGUEL FIDALGO MADUREIRA MOURA. MORADA: QUINTA DO PRADO N.º 16 | PRADO | UNIÃO DAS FREGUESIAS DA MADALENA E SAMAIÕES.5400-582 CHAVES. PROCESSO N.º 820/15 | REQUERIMENTO N.º 1988/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 135/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 20 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ADÉLIA ALVES TEIXEIRA PEREIRA. MORADA: ESTRADA NACIONAL DE CARRAZEDO | BAIRRO DA SOBREIRA N.º 71 | VILAR DE NANTES. 5400-580 CHAVES. PROCESSO N.º 821/15 | REQUERIMENTO N.º 1989/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 136/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 21 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: AMÂNDIO BARREIRA DOS ANJOS NEVES. MORADA: RUA DO OUTEIRO N.º 2 | AMOINHA VELHA | NOGUEIRA DA MONTANHA. - 5400-647 CHAVES. PROCESSO N.º 848/15 | REQUERIMENTO N.º 2032/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 137/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 22 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: SÉRGIO PAULO RODRIGUES GOMES. MORADA: RUA PRINCIPAL N.º 7 | TRESMUNDES | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CELA, EIRAS E S. JULIÃO DE MONTENEGRO. 5400-613 CHAVES. PROCESSO N.º 849/15 | REQUERIMENTO N.º 2033/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 138/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 23 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO MOURA RODRIGUES. MORADA: RUA DA SR.ª DA AJUDA N.º 7 | AMOINHA VELHA | NOGUEIRA DA MONTANHA. 5400-647 CHAVES. PROCESSO N.º 851/15 |



REQUERIMENTO N.º 2035/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 139/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

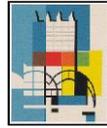
PONTO 24 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTERO LUÍS GINJA. MORADA: RUA DOS IMIGRANTES N.º 9 | RORIZ | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TRAVANCAS E RORIZ. 5400-730 CHAVES. PROCESSO N.º 853/15 | REQUERIMENTO N.º 2038/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 140/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 25 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA DOS SANTOS AGUIEIRAS VAZ. MORADA: AV. HUMBERTO DELGADO N.º 6 | TRAVANCAS | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TRAVANCAS E RORIZ. 5400-798 CHAVES. 5400-730 CHAVES. PROCESSO N.º 854/15 | REQUERIMENTO N.º 2039/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 141/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 26 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CARLA ALEXANDRA CRUZ JESUS. MORADA: RUA DE S. JOÃO N.º 3 | SEARA VELHA | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SOUTELO E SEARA VELHA. 5400-780 CHAVES. PROCESSO N.º 850/15 | REQUERIMENTO N.º 2034/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 142/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 27 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANISABEL SOUSA SANTOS AIRES. MORADA: LARGO DE S. ROQUE N.º 15. 5400-505 CHAVES. PROCESSO N.º 852/15 | REQUERIMENTO N.º 2037/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 143/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 28 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES



ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: EMILIANO DELGADO TEIXEIRA. MORADA: RUA DO BAIRRO ALTO N.º 3 | MAIROS. 5400-640 CHAVES. PROCESSO N.º 862/15 | REQUERIMENTO N.º 2050/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 145/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 29 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ ANTÓNIO DA CRUZ. MORADA: RUA DIREITA N.º 8 | MOSTEIRÓ DE BAIXO | S. JULIÃO DE MONTENEGRO. 5400-553 CHAVES. PROCESSO N.º 861/15 | REQUERIMENTO N.º 2049/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 146/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 30 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO LAVAREDDAS TORRÃO MORADA: RUA S. PAULO N.º 10| SEARA VELHA 5400-780 CHAVES PROCESSO N.º 864/15 | REQUERIMENTO N.º 2052/15 INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 148/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 31 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FRANCISCO RODRIGUES LAMEIRAS MORADA: RUA CENTRAL N.º 26 | CAPELUDOS | NOGUEIRA DA MONTANHA. 5400-648 CHAVES PROCESSO N.º 866/15 | REQUERIMENTO N.º 2054/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 149/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 32 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LUÍS GOMES PINHEIRO MORADA: AV. DUARTE PACHECO N.º 52 | MADALENA 5400-223 CHAVES PROCESSO N.º 867/15 | REQUERIMENTO N.º 2055/15 INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 150/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 33 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER



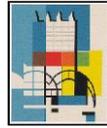
EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ALICE SIMÕES CHAVES ARAÚJO MORADA: RUA DO CANTO N.º 8 | CALVÃO 5400-608 CHAVES PROCESSO N.º 868/15 | REQUERIMENTO N.º 2056/15 INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 151/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 34 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO-REQUERENTE: LUÍS MANUEL TEIXEIRA, LOCAL – MORADA:RUA SENHOR DOS AFLITOS N.º15 | RIBEIRA DE AVELELAS | U.F DAS EIRAS, S. JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA,5400-495 CHAVES – PROCESSO N.º 835/15 - REQUERIMENTO N.º 2014/15 – PROPOSTA /INFORMAÇÃO Nº 152/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 35 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – REQUERENTE: CARMELINA ROSA MOSQUEIRA BISPO NEVES – MORADA: RUA DAS TRIGUEIRAS N.º 10 | AMOINHA VELHA | NOGUEIRA DA MONTANHA, 5400-647 CHAVES - PROCESSO N.º 836/15 | REQUERIMENTO N.º 2016/15 - - PROPOSTA /INFORMAÇÃO Nº 153/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 36 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – REQUERENTE: EDUARDO ESPINHO - MORADA: RUA DE TRÁS DAS CASAS N.º 10 | S. LOURENÇO | UF DAS EIRAS, S. JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA, 5400-624 CHAVES – PROCESSO N.º 837/15 | REQUERIMENTO N.º 2017/15 – PROPOSTA /INFORMAÇÃO Nº 154/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 37 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FERNANDO LOPES DIAS – MORADA: OUTEIRO DE MÓ N.º 6 | AGRELA DE ERVEDEDO,5400-627 CHAVES - PROCESSO N.º 838/15 - REQUERIMENTO N.º 2018/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 155/2015 PARA RATIFICAÇÃO;



PONTO 38 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO JOSÉ RODRIGUES – MORADA: ESTRADA DA FLORESTA CTT N.º 409 S. LOURENÇO 5400-624 CHAVES - PROCESSO N.º 844/15, REQUERIMENTO N.º 839/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 2020/15. - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 156/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 39 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO PEIXOTO DA CUNHA – MORADA: RUA DA FONTE N.º 5 | PASTORIA | REDONDELO, 5400-728 CHAVES - PROCESSO N.º 844/15. REQUERIMENTO N.º 2026/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 157/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 40 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA ESTER DO HORTO ALVES – MORADA: RUA DA QUINTELA N.º 46 | STA CRUZ TRINDADE, 5400-708CHAVES - PROCESSO N.º 863/15, REQUERIMENTO N.º 2051/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 147/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 41 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOÃO RAFAEL TRINTA MORAIS – MORADA: RUA CARVALHO DA PENA N.º 12 | STA. CRUZ DA CASTANHEIRA | SANFINS DA CASTANHEIRA, 5400-736 CHAVES - PROCESSO N.º 846/15, REQUERIMENTO N.º 2030/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 158/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 42 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA EMÍLIA DE CARVALHO REIS – MORADA: RUA CENTRAL N.º 12 | BUSTELO,



5400-607 CHAVES - PROCESSO N.º 847/15, REQUERIMENTO N.º 2031/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 159/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

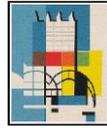
PONTO 43 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FERNANDO ANTÓNIO MARTINS DOS SANTOS – MORADA: RUA DE S. NICOLAU N.º 6 | SEARA VELHA, 5400-780 CHAVES, PROCESSO N.º 855/15, REQUERIMENTO N.º 2042/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 160/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 44 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LEONARDO DO SOUTO TEIXEIRA – MORADA, RUA CENTRAL N.º 21 | ASSUREIRAS DE BAIXO | ÁGUAS FRIAS, 5400-602 CHAVES - PROCESSO N.º 858/15, REQUERIMENTO N.º 2046/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 161/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 45 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA MACHADO FERREIRA – MORADA: RUA DA LAMPAÇA N.º 8 | AVELELAS | ÁGUAS FRIAS, 5400-603, CHAVES PROCESSO N.º 859/15, REQUERIMENTO N.º 2047/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 162/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 46 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ARMINDO DO NASCIMENTO DOS SANTOS – MORADA, LARGO DO BRASIL N.º 1| AVELELAS | ÁGUAS FRIAS, 5400-603 CHAVES - PROCESSO N.º 796/15, REQUERIMENTO N.º 1950/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 163/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 47 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO



ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOAQUIM BORGES DA SILVA – MORADA ESTRADA PARADELA 1. ESQ. CASAS DE MONFORTE, 5400-604 CHAVES- PROCESSO N.º 843/15, REQUERIMENTO N.º 2025/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 164/2015 PARA RATIFICAÇÃO;

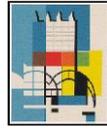
PONTO 48 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ADEMAR VIDEIRA TEIXEIRA – MORADA: RUA DO MEIO N.º 26 | OUCIDRES, 5400-658 CHAVES, PROCESSO N.º 842/15, REQUERIMENTO N.º 2024/15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 165/2015. PARA RATIFICAÇÃO;

PONTO 49 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ NEVES VIDEIRA. MORADA: RUA DA IGREJA, N.º 21, OUCIDRES | PLANALTO DE MONFORTE (U.F. OUCIDRES E BOBADELA). 5400-658 CHAVES. PROCESSO N.º 889/15 | REQUERIMENTO N.º 2093/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 6/DSC/2016;

PONTO 50 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ORLANDO NASCIMENTO ADÃO. MORADA: RUA DE SANTO ANTÓNIO N.º 3, ALMORFE | MOREIRAS. 5400-643CHAVES. PROCESSO N.º 890/15 | REQUERIMENTO N.º 2094/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 7/DSC/2016;

PONTO 51 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA ANTÓNIA BATISTA, NA QUALIDADE DE CABEÇA DE CASAL DE HERANÇA DE ANTÓNIO MANUEL BATISTA. MORADA: RUA DE SANTO ANTÓNIO N.º 3, ALMORFE | MOREIRAS. 5400-643CHAVES. PROCESSO N.º 891/15 | REQUERIMENTO N.º 2095/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 8/DSC/2016;

PONTO 52 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES



ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIO JORGE BATISTA REIS. MORADA: RUA DOS EMIGRANTES N.º 10 | VILA NOVA. 5400-659 OUCIDRES. PROCESSO N.º 892/15 | REQUERIMENTO N.º 2096/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 9/DSC/2016;

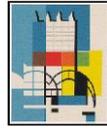
PONTO 53 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ALBERTO JOSÉ BARREIRA REIGADA. MORADA: RUA DA IGREJA N.º1 | S. VICENTE DA RAIÁ. 5400-773 CHAVES. PROCESSO N.º 893/15 | REQUERIMENTO N.º 2097/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 10/DSC/2016;

PONTO 54 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ALEXANDRE ANTÓNIO ALVES CHAVES. MORADA: RUA DUARTE D'ARMAS 11 | ALTO DA FORÇA. 5400-222 CHAVES. PROCESSO N.º 894/15 | REQUERIMENTO N.º 2098/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 11/DSC/2016;

PONTO 55 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: AGOSTINHO MANUEL FERNANDES FONTOURA. MORADA: RUA DO NOVAL N.º 8 | S. VICENTE DA RAIÁ. 5400-773 CHAVES. PROCESSO N.º 896/15 | REQUERIMENTO N.º 2101/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 12/DSC/2016;

PONTO 56 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LEONEL JACINTO DOMINGUES. MORADA: ESTRADA PRINCIPAL, N.º1 | S. VICENTE DA RAIÁ. 5400-773 CHAVES. PROCESSO N.º 897/15 | REQUERIMENTO N.º 2102/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 13/DSC/2016;

PONTO 57- PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES



ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MANUEL ALVES DE CARVALHO. MORADA: RUA DA CAPELA N.º 7, VENTUZELOS | S. PEDRO DE AGOSTÉM. 5400-763 CHAVES. PROCESSO N.º 901/15 | REQUERIMENTO N.º 2110/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 14/DSC/2016;

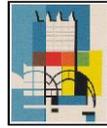
PONTO 58 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ÓSCAR LUÍS GONÇALVES SAMPAIO. MORADA: RUA DA DR. MORAIS SOARES N.º 31, | U.F. S. CRUZ TRINDADE E SANJURGE. 5400-837 CHAVES. PROCESSO N.º 902/15 | REQUERIMENTO N.º 2111/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 15/DSC/2016;

PONTO 59 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ JOAQUIM FREITAS DOS SANTOS. MORADA: RUA DA IGREJA N.º 15 | MOREIRAS. 5400-643 CHAVES. PROCESSO N.º 907/15 | REQUERIMENTO N.º 2122/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 16/DSC/2016;

PONTO 60 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CHAVES. MORADA: RUA DA IGREJA N.º 01 | S. VICENTE DA RAIÁ. 5400-773 CHAVES. PROCESSO N.º 908/15 | REQUERIMENTO N.º 2123/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 17/DSC/2016;

PONTO 61- PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ADELINO GONÇALVES. MORADA: RUA DO OUTEIRO DA MÓ N.º 2 | AGRELA. 5400-627 ERVEDEDO. PROCESSO N.º 911/15 | REQUERIMENTO N.º 2126/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 18/DSC/2016;

PONTO 62 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES



ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO AUGUSTO LOBO FRADE. MORADA: RUA DA IGREJA, N.º 3, MOREIRAS| MOREIRAS. 5400-643 CHAVES. PROCESSO N.º 879/15 | REQUERIMENTO N.º 2081/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 19/DSC/2016;

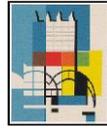
PONTO 63 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS AGUIEIRAS. MORADA: RUA 5 DE OUTUBRO, S/ N.º, TRAVANCAS |U.F. DE TRAVANCAS E RORIZ. 5400-798 CHAVES. PROCESSO N.º 881/15 | REQUERIMENTO N.º 2084/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 20/DSC/2016;

PONTO 64 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: DUARTE NUNO DOS SANTOS MARRACHO. MORADA: RUA PRINCIPAL, N.º 6, SOBREIRA | ÁGUAS FRIAS. 5400-605 CHAVES. PROCESSO N.º 882/15 | REQUERIMENTO N.º 2085/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 21/DSC/2016;

PONTO 65 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ LUÍS JESUS VALENTE. MORADA: RUA 25 DE ABRIL, N.º 40, PARADELA | PARADELA DE MONFORTE. 5400-725 CHAVES. PROCESSO N.º 884/15 | REQUERIMENTO N.º 2087/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 22/DSC/2016;

PONTO 66 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARCO SAMUEL SILVEIRA RODRIGUES. MORADA: BECO DA EIRA, N.º1, VENTUZELOS | S. PEDRO DE AGOSTÉM. 5400-763 CHAVES. PROCESSO N.º 887/15 | REQUERIMENTO N.º 2091/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 23/DSC/2016;

PONTO 67 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES



ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ALBINO MATIAS ALVES EVANGELISTA. MORADA: RUA DA ESTRADA NOVA N.º 2 A. PROCESSO N.º 2/16 | REQUERIMENTO N.º 3/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 24/DSC/2016;

PONTO – 68 PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANÍBAL DOS SANTOS TENREIRO. MORADA: RUA 28 DE SETEMBRO N.º 38 | ARGEMIL DA RAIÁ | TRAVANCAS. 5400-796 CHAVES. PROCESSO N.º 3/16 | REQUERIMENTO N.º 4/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 25/DSC/2016.

PONTO 69 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FERNANDO GUERREIRO MARTINS. MORADA: ESTRADA DE CASTELÕES LT. 18 | CALVÃO | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIÁ. 5400-608 CHAVES. PROCESSO N.º 5/16 | REQUERIMENTO N.º 8/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 26/DSC/2016;

PONTO 70 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: DAVID DE JESUS DA COSTA. MORADA: RUA DE ESPANHA 102 | MAIROS. 5400-640 CHAVES. PROCESSO N.º 6/16 | REQUERIMENTO N.º 9/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 27/DSC/2016;

PONTO 71 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: PEDRO MIGUEL DE MELO LOPES. MORADA: ESTRADA NACIONAL CASA N.º 18 | ÁGUAS FRIAS. 5400-601 CHAVES. PROCESSO N.º 7/16 | REQUERIMENTO N.º 10/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 28/DSC/2016;

PONTO 72 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER



EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ GOMES BRÁS TENREIRO. MORADA: RUA DO OUTEIRO DE MÓ N.º 31 | AGRELA | ERVEDEDO. 5400-627CHAVES. PROCESSO N.º 8/16 | REQUERIMENTO N.º 11/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 29/DSC/2016;

PONTO 73 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ALCINO CAMPILHO MOURÃO. MORADA: ESTRADA MUNICIPAL N.º 17 | PASTORIA | REDONDELO. 5400-728 CHAVES. PROCESSO N.º11/16 | REQUERIMENTO N.º 14/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 30/DSC/2016;

PONTO 74 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA ALICE DO SOUTO TEIXEIRA. MORADA: RUA DO SOL N.º 10 | ASSUREIRAS DE BAIXO | ÁGUAS FRIAS. 5400-602 CHAVES. PROCESSO N.º12/16 | REQUERIMENTO N.º 15/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 31/DSC/2016;

PONTO 75 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: URBINO DAS NEVES DOS ANJOS. MORADA: RUA DO CONCELHO, N.º10 | S. VICENTE. 5400-773 CHAVES. PROCESSO N.º 15/16 | REQUERIMENTO N.º 23/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 32/DSC/2016;

PONTO 76 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CELESTE CRUZ. MORADA: RUA DO OUTEIRO, N.º 36, ARGEMIL DA RAIA | UNIÃO DAS FREGUESIAS. DE TRAVANCAS E RORIZ, 5400-798 CHAVES. PROCESSO N.º 16/16 | REQUERIMENTO N.º 24/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 33/DSC/2016;

PONTO 77 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER



EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LEONEL PENEDA SERRA. MORADA: RUA SÃO CAETANO, N.º 12, COUTO DE ERVEDEDO | ERVEDEDO. 5400-628 CHAVES. PROCESSO N.º 17/16 | REQUERIMENTO N.º 27/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 34/DSC/2016;

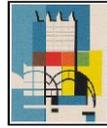
PONTO 78 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FERNANDO FERNANDES CAPELA. MORADA: RUA DIREITA N.º 85 | CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. 5400-616 CHAVES. PROCESSO N.º 18/16 | REQUERIMENTO N.º 27/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 35/DSC/2016;

PONTO 79 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FRANCISCO DA CARIDADE GINJA. MORADA: RUA DA BELA VISTA, N.º 2, ARGEMIL DA RAIA | U.F. DE TRAVANCAS E RORIZ. 5400-796 CHAVES. PROCESSO N.º 21/16 | REQUERIMENTO N.º 33/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 36/DSC/2016;

PONTO 80 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FÁTIMA ROSA PEREIRA MAGALHÃES. MORADA: ESTRADA DE AGOSTÉM N.º 2 | SÃO PEDRO DE AGOSTÉM. 5400-759 CHAVES. PROCESSO N.º 22/16 | REQUERIMENTO N.º 144/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 37/DSC/2016;

PONTO 81 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ CARLOS DIAS CAMELO. MORADA: QUINTA DA FOZ DE OURA, CX 109, ARCOSSÓ | U.F. DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS. 5425-021 CHAVES. PROCESSO N.º 23/16 | REQUERIMENTO N.º 37/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 38/DSC/2016;

PONTO 82 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO



DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JORGE MORAIS DA SILVA. MORADA: RUA DA FONTE S/ N.º, SANFINS | SANFINS DA CASTANHEIRA. 5400-734 CHAVES. PROCESSO N.º 24/16 | REQUERIMENTO N.º 39/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 39/DSC/2016;

PONTO 83 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: RAMIRO GOMES BARREIRA. MORADA: RUA DO BAIRRO DO MEIO, N.º22, OUCIDRES | PLANALTO DE MONFORTE (U.F. DE OUCIDRES E BOBADELA). 5400-658 CHAVES. PROCESSO N.º 26/16 | REQUERIMENTO N.º 42/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 40/DSC/2016;

PONTO 84 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: AGOSTINHO SANTOS DO CANTO. MORADA: RUA DO ROSSIO, N.º 10, DORNA | U.F. DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES. 5400-252 CHAVES. PROCESSO N.º 30/16 | REQUERIMENTO N.º 51/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 41/DSC/2016;

PONTO 85 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FRANCISCO DE ALMEIDA SANTOS. MORADA: RUA PRINCIPAL, N.º 27, SOBREIRA | ÁGUAS FRIAS. 5400-605 CHAVES. PROCESSO N.º 33/16 | REQUERIMENTO N.º 61/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 42/DSC/2016;

PONTO 86 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: PAULA CRISTINA DE SOUSA MARTINS. MORADA: RUA SRª DA BOA MORTE – CALÇADA ROMANA, N.º 2, | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES. 5400-503 CHAVES. PROCESSO N.º 34/16 | REQUERIMENTO N.º 68/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 43/DSC/2016;



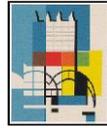
PONTO 87 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: GUILHERMINO JOSÉ SALDANHA PIRES. MORADA: RUA PRINCIPAL, N.º 1, SIGIREI | SÃO VICENTE. 5400-773 CHAVES. PROCESSO N.º 38/16 | REQUERIMENTO N.º 76/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 44/DSC/2016;

PONTO - 88 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JORGE CÂNDIDO SANTOS FERNANDES. MORADA: RUA DA MACIEIRA, N.º 1, GONDAR| NOGUEIRA DA MONTANHA. 5400-650 CHAVES. PROCESSO N.º 42/16 | REQUERIMENTO N.º 91/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 45/DSC/2016;

PONTO 89 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ELSA FERNANDES GUEDES DOS SANTOS. MORADA: RUA DO TOURAL, N.º140D, LOIVOS | UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES. 5400-076 CHAVES. PROCESSO N.º 43/16 | REQUERIMENTO N.º 93/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 46/DSC/2016.

90 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: DUARTE JOSÉ BARREIRA CALDAS. MORADA: RUA 28 DE SETEMBRO, N.º 20, ARGEMIL DA RAIA | U.F. TRAVANCAS E RORIZ. 5400-796 CHAVES. PROCESSO N.º 52/16 | REQUERIMENTO N.º 108/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 47/DSC/2016;

PONTO 91 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: LUÍS MANUEL IGREJAS CARVALHAL. MORADA: ESTRADA NOVA N.º 9 | SÃO VICENTE DA RAIA. 5400-773 CHAVES. PROCESSO N.º 65/16 | REQUERIMENTO N.º 133/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 48/DSC/2016;



PONTO 92 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MABILDE DE JESUS BATISTA. MORADA: RUA PRINCIPAL N.º 6 | ORJAIS | SÃO VICENTE DA RAIÁ. 5400-772 CHAVES. PROCESSO N.º 66/16 | REQUERIMENTO N.º 134/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 49/DSC/2016;

PONTO 93 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JÚLIA FERREIRA MOURA CARNEIRO. MORADA: RUA DA CONGA N.º 4 | CARVELA | NOGUEIRA DA MONTANHA. 5400-649 CHAVES. PROCESSO N.º 67/16 | REQUERIMENTO N.º 141/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 50/DSC/2016;

PONTO 94 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: CÂNDIDO BARROS RODRIGUES. MORADA: RUA DA CORTINHA N.º 1 | VILA NOVA DE VEIGA | S. PEDRO DE AGOSTÉM. 5400-764 CHAVES. PROCESSO N.º 68/16 | REQUERIMENTO N.º 143/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 51/DSC/2016;

PONTO 95 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO AUGUSTO FERNANDES FERREIRA. MORADA: ESTRADA MUNICIPAL N.º 14 | VILA VERDE DE OURA | OURA. 5425-230 VIDAGO. PROCESSO N.º 77/16 | REQUERIMENTO N.º 158/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 52/DSC/2016;

PONTO 96 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: SÉRGIO DUARTE MARTA FERREIRA. MORADA: ESTRADA NACIONAL N.º 2 | VILA VERDE DE OURA | OURA. 5425-323 VIDAGO. PROCESSO N.º 82/16 | REQUERIMENTO N.º 170/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 53/DSC/2016;



PONTO 97 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ADEMAR DE MOURA SEIXAS. MORADA: RUA DA ALFÂNDEGA N.º 1 | SOUTELINHO DA RAIA. 5400-785 CHAVES. PROCESSO N.º 83/16 | REQUERIMENTO N.º 174/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 54/DSC/2016;

PONTO 98 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: HORÁCIO DO NASCIMENTO PIRES. MORADA: BAIRRO DO CÉU | OUTEIRO JUSÃO | UF MADALENA E SAMAIÕES. 5400-575 CHAVES. PROCESSO N.º 84/16 | REQUERIMENTO N.º 178/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 55/DSC/2016;

PONTO 99 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MARIA MANUELA GONÇALVES ARAÚJO. MORADA: RUA DO OUTEIRO N.º 40 | AGRELA | ERVEDEDO. 5400-627 CHAVES. PROCESSO N.º 88/16 | REQUERIMENTO N.º 185/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 56/DSC/2016;

PONTO 100 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: MÁRIO PORTUGAL. MORADA: RUA 25 DE ABRIL | PEREIRO DE AGRAÇÕES | UF DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES. 5425-254 VIDAGO. PROCESSO N.º 90/16 | REQUERIMENTO N.º 195/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 57/DSC/2016;

PONTO 101 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: SANDRA CATARINA VILABRIL RODRIGUES. MORADA: RUA DO OUTEIRO N.º 8 | VALDANTA. 5400-001 CHAVES. PROCESSO N.º 895/15 | REQUERIMENTO N.º 2100/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 58/DSC/2016;



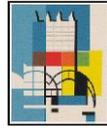
PONTO 102 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOSÉ DE MOCHO SÁ. MORADA: RUA DOS OLIVAIS N.º 2 | CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. 5400-617 CHAVES. PROCESSO N.º 91/16 | REQUERIMENTO N.º 197/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 59/DSC/2016;

PONTO 103 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO ALVES. MORADA: RUA DA TRINDADE N.º 36 | ADÃES | SANTA LEOCÁDIA. 5400-740 CHAVES. PROCESSO N.º 96/16 | REQUERIMENTO N.º 206/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 60/DSC/2016;

PONTO 104 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: ANTÓNIO ROXO FONTES. MORADA: RUA DE S. NICOLAU | SEARA VELHA | UF DE SEARA VELHA E SOUTELO. 5400-780 CHAVES. PROCESSO N.º 98/16 | REQUERIMENTO N.º 212/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 61/DSC/2016;

PONTO 105 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: AMILCAR DA SILVA. MORADA: LUGAR DA SEZEDA | CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. 5400-616 CHAVES. PROCESSO N.º 89/16 | REQUERIMENTO N.º 189/16. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 62/DSC/2016;

PONTO 106 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: JOÃO PIRES JULIANO. MORADA: RUA DO CALVÁRIO Nº 6, CALVÃO. 5400-608 CHAVES. PROCESSO N.º 880/15 | REQUERIMENTO N.º 2083/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 63/DSC/2016;



PONTO 107 - PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO, COM CARÁCTER EXTRAORDINÁRIO, DO REGIME EXCEPCIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O EXPRESSO NA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO. REQUERENTE: FTA – FÁBRICA DE TRATAMENTO DE ALUMÍNIOS, LDA. MORADA: LUGAR DOS ARRAIAIS (ZONA INDUSTRIAL). 5400-570 CHAVES. PROCESSO N.º 801/15 | REQUERIMENTO N.º 1962/15. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 171/DSC/2015.

Postas à votação as Propostas referente aos pontos 8 e seguintes até ao 107, inclusive, foram aprovadas por unanimidade dos 68 membros da Assembleia presentes na sala. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para prestar um esclarecimento relativo ao Ponto 3 – “**PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 4º TRIMESTRE DE 2015 – INF 6/DGF/16**”. *Para conhecimento.*

Disse que a dúvida suscitada aquando da discussão do ponto não se trata de nenhum lapso. Os ficheiros são os disponibilizados pelo Programa II do PAEL e encontram-se no portal autárquico. As fórmulas não podem ser alteradas sob pena de desvirtuar a análise. O sinal negativo não traduz evolução negativa. Traduz um desvio, face a determinada meta; ao previsto é subtraído o executado. Isto quer dizer que nalguns casos o valor negativo é altamente favorável, quando se trata de arrecadação de receita; significa o contrário quando se refere à execução da despesa em que o sinal negativo é isso mesmo, negativo. Não estamos a apurar a taxa de crescimento nem de decréscimo, estamos a apurar os desvios face ao que se previa executar. Executou-se mais arrecadação de receita. A análise positiva, representa que nos desviamos do que pretendíamos, daí aparecer o sinal negativo.

Em anexo temos o relatório da DGAL que diz que estamos a cumprir o PAEL.

O Senhor Presidente da Câmara deu mais uma informação.

Vai decorrer amanhã, pelas 14,30 horas, neste auditório, um Seminário promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente sobre a problemática da água e a sua melhor utilização. Embora a organização não seja da Câmara Municipal, entende-se que tem todo o interesse, pelo que se convida este Assembleia a participar.

O Senhor Presidente da Mesa depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, às 18 horas, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____